

Ato reuniu
multidão na
Avenida Paulista,
em São Paulo



Miguel Schincariol / AFP

MOBILIZAÇÃO

Atos contra anistia pedem prisão de Bolsonaro

Manifestantes de esquerda realizaram, ontem, atos em várias capitais contra o projeto de lei que concede anistia aos envolvidos no 8 de Janeiro. Os participantes também pediram a prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro. **B6**

FINANÇAS

Confira como fazer o dinheiro render em época de inflação alta

B1

SAÚDE Recente resolução do Conselho Federal de Farmácia quanto a medicamentos tarjados gera polêmica e reação

Médicos condenam prescrição de remédios por farmacêuticos

Farmacêuticos sempre tiveram a prerrogativa de indicar medicamentos isentos de prescrição, mas uma recente resolução do Conselho Federal de Farmácia estendeu a permissão aos remé-

dios que precisam de receita, os chamados tarjados. A medida desagradou a classe médica, e a polêmica está criada. As reações, em nível nacional, visam derrubar a resolução, que entraria em vigor

no próximo dia 17 de abril. Para o presidente do Conselho Regional de Farmácia (CRF-BA), Mário Martinelli Júnior, há muito barulho por nada. Ele argumenta que farmacêuticos vão seguir pro-

Entidades médicas tentam derrubar a resolução

tolos para doenças previamente diagnosticadas. O presidente do Conselho Regional de Medicina (Cremeb-BA), Otávio Marambaia, discorda e diz que a resolução é um "insulto" à de-

cisão da Justiça Federal, em 2024, que considerou a prática ilegal. "A prescrição por não-médicos, que não sabem e não podem fazer diagnóstico, representa um sério risco às pessoas", alerta. **A6**

ENTREVISTA

'Turista de negócios gasta três vezes mais', diz Lemos

Olga Leiria / Ag. A TARDE



Lemos: malha aérea é o maior gargalo do setor

Satisfeito com os resultados da alta temporada este ano, o presidente da Salvador Destination, Glicério Lemos, destaca o grande potencial da capital em um segmento importante: "O turista de negócios gasta três vezes mais que o de sol e mar". **B2**



BRASILEIRÃO

Bahia cede empate no fim ao Corinthians

B8

VITÓRIA

Treinador busca ajustes para voltar a vencer

B7

Uendel Galzer / Ag. A TARDE



Rodríguez tenta o gol no 1º tempo, mas pontaria do uruguaio não ajudou na Fonte

SUL DA BAHIA

Mulheres rurais ganham autonomia financeira

Projetos de empreendedorismo feminino, implantados pela Suzano, no Sul da Bahia, estão colhendo frutos e transformando vidas em áreas rurais. A partir dessas iniciativas de fomento à agricultura familiar, as mulheres da região começam a ter autonomia financeira. **B3**

ALERTA

Contrabando de Mounjaro cresce e eleva risco à saúde

Diante da alta demanda, cresce o contrabando de Mounjaro, usado no controle do diabetes tipo 2 e no processo de emagrecimento. Especialistas alertam que o comércio ilegal representa risco à saúde, já que as canetas não são acondicionadas de forma correta. **B5**

LUTO

Morre jornalista Kardé Mourão, aos 65 anos

Kardé Mourão tratava um câncer não resistiu. Ela presidiu o Sindicato dos Jornalistas da Bahia entre 2004 e 2010 e construiu trajetória de luta pela categoria. **A7**

Reprodução / Redes Sociais



Kardé: grande referência na história do Sinjorba



CÊNICAS

Edição ampliada de livro sobre Harildo Déda será lançada hoje

D1

UM JORNAL DE OPINIÃO

CLÁUDIO ANDRÉ

"Salvador celebra 476 anos carregada de desafios que merecem debate profundo" **A3**

OPINIÃO \ LEITOR

"Lição de Atenas é clara: democracia exige vigilância, coragem e responsabilidade" **A2**

JURANDI S. ARAÚJO

ISSN 1516-947-2
9 771516 947226

Para começar a semana de olho.
HOJE TEM...!



Carasco





Os bastidores da política com humor. Uma homenagem de A TARDE ao primeiro veículo criado pelo fundador Ernesto Simões Filho.

ocarrasco@grupoatarde.com.br

Leia a coluna também no portal A TARDE (www.atarde.com.br)

Erro que custa o seu dia

As companhias áreas continuam sem o mínimo de respeito com o consumidor. Um erro simples bota todo o planejamento por água abaixo. E não é coisa de uma empresa só não: Gol, Azul, Latam e companhia limitada têm cometido insistentes erros que fazem com que os passageiros esperem por horas por remarcação de voo.

Dupla do arraso

O Grilão nem bem chegou de volta e já estaria aprontando poucas e boas. A mais nova jornada pelas bandas de “pêefe” é um loteamento em sociedade com o mais conhecido menudo soteropolitano. Na boca miúda comenta-se que em troca do afago na área de incorporação, o Grilão seria inserido no show business, que significa indústria do entretenimento. Vem aí o verdadeiro rei do camarote.

ESPAÇO DO LEITOR

© **Punição exemplar**
O texto de Helington Rangel, publicado na Edição do Jornal A TARDE de 28/03/2025, nos convida a revisitar o ideal democrático de Atenas, onde o cidadão era, antes de tudo, responsável por zelar pelo bem coletivo e pelas instituições da pólis. Ao evocar essa figura histórica, é inevitável traçar um paralelo com a crise democrática enfrentada pelo Brasil e, sobretudo, com os ataques orquestrados contra a República em 8 de janeiro de 2024 – um marco vergonhoso de nossa história recente. Jair Bolsonaro, ex-presidente da República, rompeu de forma deliberada com os preceitos democráticos que jurou defender. Seus discursos golpistas, sua tentativa de deslegitimar as eleições, e, posteriormente, sua omissão e conivência diante dos atos terroristas de 8 de janeiro, colocam-no no banco dos réus não apenas da Justiça brasileira, mas também da história. Um líder que afronta a democracia não pode ser tratado com condescendência. Deve ser responsabilizado, julgado e, se condenado, preso. Não se trata de vingança, mas de justiça – e de preservação da ordem constitucional. A democracia não

Algo de podre

Consumidores dos queijos ‘Davaca’ estão percebendo mudanças nada agradáveis nos produtos. Não são poucas as queixas de ressecamento, diferenças de textura e até mofo, mesmo em produtos lacrados e dentro da validade. Até pedaços de metal já foram encontrados nas peças e, quando solicitada a se posicionar, a empresa simplesmente deixa os clientes sem resposta. Tal qual o rebanho que lhes fornece a matéria-prima, a Davaca parece estar ‘andando’ para os padrões de qualidade.

Pequeno Sales e o cachorro

E não é que a gestão do Pequeno Sales virou pivô de maus tratos ao animais? No ano passado, o hospital veterinário do município realizou uma cirurgia que causou danos em um cachorro. Logo a denúncia chegou ao MP, que recomendou com urgência uma cirurgia corretiva. Pela cidade, o comentário é um só: atenção redobrada aos serviços prestados pela Prefeitura. Seja no cidadão ou no animal, estão todos desassistidos por lá.

Sem amparo

A justiça colocou no calcanhar da prefeita de Ribeira do Amparo, Tetiana Brito (MDB). A gestora simplesmente anulou a convocação dos candidatos aprovados em um concurso público realizado há 12 anos atrás. Com a intervenção da justiça, caso a gestora descumpra a decisão, além de multa, uma intervenção pode ser realizada no município. O cerco apertou!

Calote

Artistas contratados pela Prefeitura de Feira de Santana, que se apresentaram no festejos juninos do ano passado, estão sem receber os cachês. Enquanto isso, a Câmara Municipal autorizou a Prefeitura a contratar operação de crédito, junto à Caixa Econômica Federal, no valor de até R\$ 200 milhões, com o argumento de realizar investimentos em obras públicas. O lado mais fraco sempre sobra!

Desleal

Uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral foi movida contra os candidatos a prefeito e vice-prefeito reeleitos, em Maragóipe, Valnício Armede e Adhemar Novaes, por abuso de poder político e econômico. O Ministério Público apontou um aumento significativo no número de servidores contratados às vésperas das eleições de 2024, passando de 1.419 em 2020 para 3.056 em 2024. 978 dessas contratações ocorreram em 2024, ano eleitoral. O Ministério Público aponta também que o “inchaço” da máquina pública distorceu a concorrência e comprometeu a autenticidade do processo eleitoral, o que teria favorecido diretamente os investigados.

Desculpinha?

A dívida previdenciária de diversos municípios com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), tem se tornado um dos principais desafios para as administrações municipais no Brasil. Prefeitos enfrentam dificuldades para que se mantenham ser-

viços essenciais, devido ao comprometimento de receitas com o pagamento de débitos previdenciários, muitas vezes herdados de gestões passadas. E olha que, de acordo com dados da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), muitas prefeituras estão inscritas na dívida ativa da União, por pendências com o INSS, o que impede repasses federais. O Carrasco sabe que muitas delas usam isso como desculpa aqui na Bahia.

Só na vantagem

Em Jequié, quem tiver créditos acima de R\$ 15 mil para receber na Prefeitura, vai ter que entrar na fila dos precatórios do município. O saldo devedor, que era de R\$ 15 milhões em 2023, já aponta assustadores R\$ 153 milhões. Enquanto isso, o aumento do salário do prefeito Zé Cocá (PP) foi o terceiro maior do país.

Sem ameaça

Apesar do Tigrinho viver cantando por aí, dizendo que será o próximo prefeito de Vitória da Conquista, na capital do biscoito ninguém leva isso muito a sério. Perguntada sobre o tema, a prefeita Sheila Lemos minimizou, dizendo que todo mundo pode sonhar em governar uma cidade como Conquista.

Financiada

Reeleita com grande vantagem ano passado, ainda no primeiro turno, Sheila não tinha uma grande avaliação na cidade até dezembro de 2023. Mas após obter um financiamento de R\$ 160 milhões e assaltar cerca de 90% do perímetro urbano, a prefeita caiu nas graças do eleitorado conquistense. Para o segundo mandato, a prefeita está de olho agora em mais R\$ 400 milhões, oriundos de um fundo internacional.

Desenferrujou

Será que a guerra entre Rui Costa e Zé Cocá chegou ao fim? Antes amigos de primeira hora, os dois se tornaram quase inimigos de ferro e fogo. O que foi visto na posse da nova mesa da UPB, na última semana, foi um clima um tanto amistoso, com sorrisos e afagos. Dizem que é sinal do retorno da aliança. Será que é, de fato, o momento do abraço amoroso?

Mais um?

E também chamou atenção o modo como o ministro da Casa Civil, Rui Costa, se referiu ao prefeito de Feira de Santana, Zé Ronaldo, em uma entrevista na semana passada. O ex-governador revelou um encontro com o gestor feirense e fez afagos ao adversário.

Meu nome é Dal

Esquecido em Brasília, Dal, aquele que foi do PCdoB e hoje é do União Brasil, foi visto em uma reunião com o secretário Adolpho Loyola. Ninguém sabe o assunto, mas ficou aquela impressão de que pode acontecer uma nova portabilidade em breve.

Papuda chega já

Sem saída, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) está cada vez mais encurra-

lado após as diversas peripécias golpistas que aprontou junto com a sua trupe. O ex-mandatário achou que sairia ileso, mas esbarrou com uma pedra no sapato. Se depender de Xandão, a Papuda chega já.

Esperança

A possibilidade de um novo Centro de Convenções em uma área do Parque de Exposições surge como uma esperança para o setor de eventos. Caso saia mesmo do papel, o novo espaço promete ser uma alternativa para atrair grandes shows para Salvador e atender a demanda reprimida que ainda existe na cidade.

Fim da linha

Os bancos brasileiros que se preparem. Donald Trump já planeja um forte pacote de medidas contra bancos internacionais que guardam polpudos recursos de seus adversários políticos. Safra, Itaú, Banco do Brasil e Bradesco estão na mira do presidente americano.

Pendurado

Dizem por aí que Paulo Teixeira deve cair o mais breve possível do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O petista não tem agradado aos movimentos sociais que reivindicam políticas efetivas para expansão da reforma agrária, além de nunca ter sido unanimidade na pasta. Falando em unanimidade, tem muita gente em Brasília que ainda não engoliu o fato do baiano Valmir Assunção (PT) não ter sido escolhido para o novo posto.

A conta chegou

O Carrasco não tá por dentro só das focas políticas e tem suas fontes no meio artístico. Ficou sabendo que depois de ter sido largado pela global Deborah Secco, o baiano Hugo Moura estaria depressivo e profundamente irritado com as recentes declarações calientes da ex. Além de padecer de um complexo absurdo, o moçoilo tem sido visto com frequência extremamente alcoolizado e trocando as pernas em restaurantes badalados. Para minimizar a tristeza, Huguinho estaria enveredando por experiências amorosas nada convencionais.

Enquadrada

A enquadrada da semana vai para o prefeito de Conceição do Almeida, recentemente condenado pelo Superior Tribunal de Justiça à pena de prisão. Sempre em alerta, o Ministério Público do Estado da Bahia recomendou o cancelamento do pregão que contratou uma empresa para organizar o concurso público na cidade. Entre as possíveis irregularidades estão a possibilidade de erro no valor da garantia exigida, o que pode ter prejudicado outras concorrentes, bem como o fato da empresa vencedora não ter comprovado estrutura mínima de funcionamento (sem sede e sem equipe). O plano de custos apresenta valores suspeitos e sem explicações claras, além da falta de transparência no edital, o que pode ter afastado concorrentes. O Ministério Público deu 10 dias para o cancelamento e 30 dias para publicação de novo edital devidamente corrigido.

lição que Atenas nos deixou é clara: a democracia exige vigilância, coragem e responsabilidade. Que o Brasil saiba se mirar no cidadão ateniense – e não em falsos líderes embalados por delírios autoritários. JURANDI S. ARAÚJO, JURANDIARAUJO160@GMAIL.COM

© **Salvador, 476 anos**
Aproveitando essa data onde nossa cidade transpira cultura, humanidade, venho, mais uma vez, sugerir ao nosso top prefeito, atento às necessidades da cidade, que faça a pintura da nossa cidade. Centro Histórico, fachadas de prédios e casas, não deve ser difícil conseguir uma parceria com essas fabricantes de tintas. Como Carlinhos Brown, estimular o reboco dessas imensas comunidades com uma contrapartida aos proprietários em impostos, IPTU, ou algo que o valha. Mudar a cara de nossa amada cidade. Não me parece uma obra faraônica, como minha sugestão anterior, de novas creches e casas de idosos, adequadas e dignas. ROGÉRIO MAGNO DE CAMPOS CÂNCIO, ROGERIOMAGNOCANCIO@HOTMAIL.COM

vingança dos bastardos, aborda com muita propriedade a adesão de grande fatia das classes mais pobres à extrema direita, fenômeno que se verifica no Brasil e no mundo em que não há respostas fáceis nem “soluções mágicas”. No Brasil em particular, os ricos são bolsonaristas nem tanto por ideologia e sim para se tornarem-se milionários com as benesses do poder. Quanto ao pobre, que nem sabe o que é ideologia, vota em quem mandarem ou em um candidato que tem o nome ou epíteto do jogador de futebol de seu time do coração. Não há mágica que explique. JOSE CASTELL, JCAS-TELL1384@GMAIL.COM

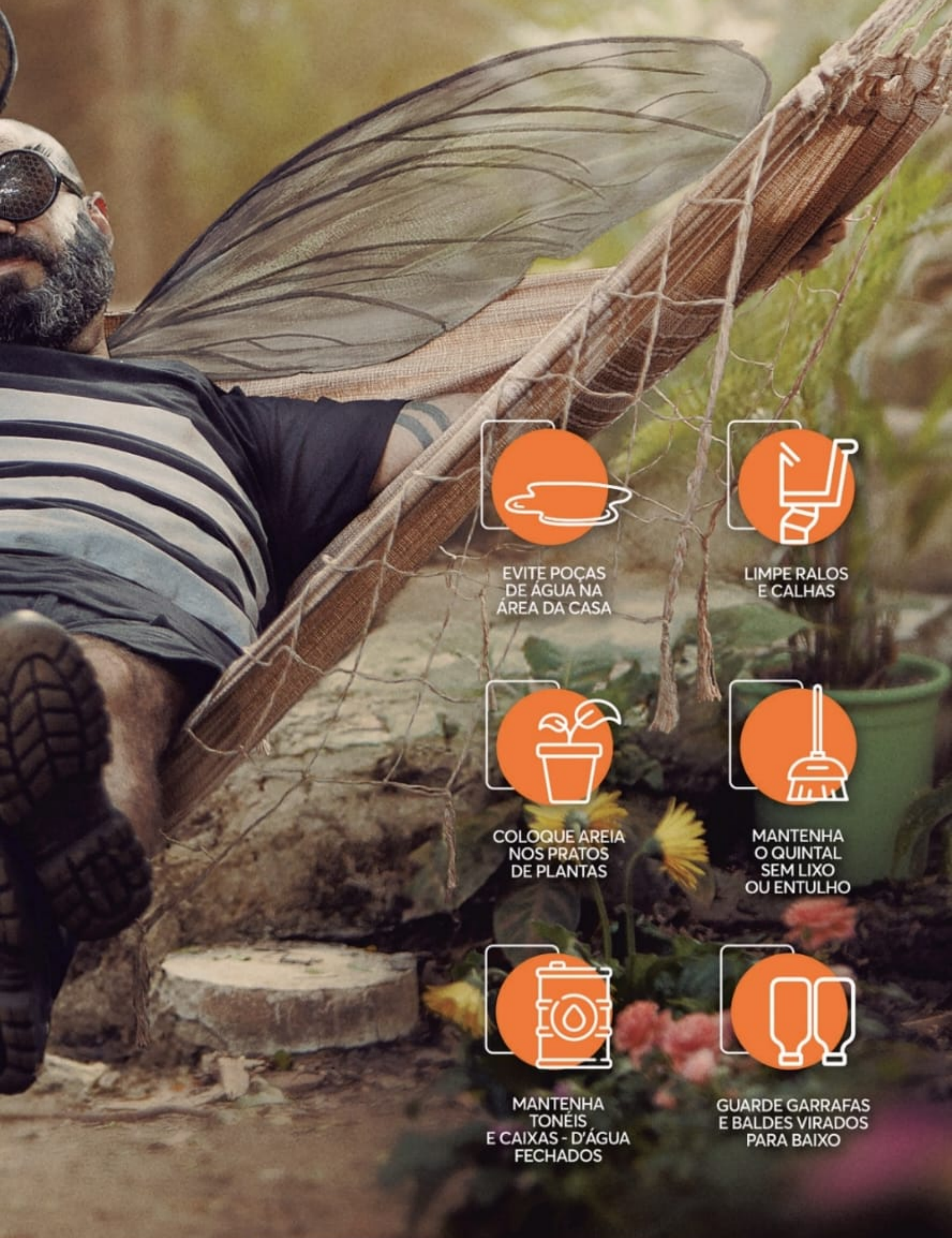
© **Terremoto**
A Terra gira. Iluminados pelo sol, e com os pés fincados no chão e os olhos levantados ao céu, seguimos em frente, e para quem viveu o terremoto de magnitude 7,7 que atingiu a Tailândia a percepção é de muitos sentimentos de impotência. Há um oásis de incertezas sobre os escombros. Vivemos rodeados de acontecimentos, pequenos e grandes, que apesar de nosso esforço não saem como previsto. A situação muda a todo instante e fica à nossa vontade. Quantos



NÃO DÊ ESPACO PRO MOSQUITO

DENGUE MATA, E VOCÊ PODE SER A PRÓXIMA VÍTIMA

Quando o Aedes Aegypti acha qualquer brecha, logo se espalha e coloca você e sua família em perigo. Para não dar espaço a ele, siga as dicas. Em caso de sintomas, reforce a hidratação e procure o posto de saúde da Prefeitura antes de tomar qualquer medicação.



EVITE POÇAS
DE ÁGUA NA
ÁREA DA CASA



LIMPE RALOS
E CALHAS



COLOQUE AREIA
NOS PRATOS
DE PLANTAS



MANTENHA
O QUINTAL
SEM LIXO
OU ENTULHO



MANTENHA
TONÉIS
E CAIXAS - D'ÁGUA
FECHADOS



GUARDE GARRAFAS
E BALDES VIRADOS
PARA BAIXO



Farmacêuticos já têm
autorização para
prescrever os MIPs

RESOLUÇÃO Conselhos de Medicina e de Farmácia divergem sobre a nova determinação

Prescrição de medicamentos por farmacêuticos provoca polêmica

ANA CRISTINA PEREIRA

Além de orientar sobre o uso correto dos medicamentos e as possíveis interações entre eles, os farmacêuticos também costumam indicar os MIPs, ou seja, remédios isentos de prescrição. Tudo corria dentro da normalidade até que o Conselho Federal de Farmácia (CFF) publicou no Diário Oficial, no último dia 17, a resolução nº 5, aprovada em 20 de fevereiro, que respalda o farmacêutico a prescrever também os medicamentos que precisam de receita médica, chamados de tarjados.

A resolução entraria em vigor em 30 dias, mas a polêmica em torno dela já deixou claro que veremos uma batalha judicial antes de qualquer decisão: de um lado, estão os representantes do setor farmacêutico e do outro, os da área médica, que questionam a competência dos farmacêuticos para a função. Entre as atribuições, eles poderão renovar receitas emitidas por outros profissionais de saúde, realizar exames físicos para monitoramento de tratamentos e fazer prescrição em situações de risco iminente de morte.

As reações começaram logo após a publicação da resolução: na segunda-feira passada, o senador Dr. Hiran Gonçalves (Progressistas-RR), que é médico, protocolou um Projeto de Decreto Legislativo com o objetivo de sustar os efeitos da resolução. No mesmo dia, o Conselho Federal de Medicina (CFM) entrou com ação civil pública na Justiça do Distrito Federal para anular a medida. A entidade alega que os farmacêuticos não têm "atribuição legal nem preparação técnica médica para identificar doenças, definir tratamentos e medidas para restabelecer a saúde de pessoas acometidas das mais diversas doenças".

Interpretação

O presidente do Conselho Regional de Farmácia (CRF-BA), Mário Martinelli,



Divulgação

“Eu acho que o ganho é importante para todos, sobretudo para a população menos favorecida”

MÁRIO JÚNIOR, pres. do CRF-BA

Creneb aponta riscos à população porque farmacêuticos não são habilitados ao diagnóstico

Para fazer prescrição, o farmacêutico precisa ter o Registro de

lidade dos farmacêuticos prescreverem medicamentos é garantida por lei desde 2013. O que houve agora é uma proposta de regulamentação, “para dar suporte jurídico e possibilidade ao farmacêutico de fazer a prescrição dos tarjados dentro dos protocolos clínicos”, explica.

Para Mário, a confusão em torno dos tarjados não se justifica. Ele argumenta que os farmacêuticos vão seguir os protocolos elaborados pelo Ministério da Saúde para doenças já previamente diagnosticadas por um médico, como tuberculose e hanseníase ou nas profilaxias pré e pós-exposição ao vírus HIV. “Um paciente com tuberculose, que faz um tratamento de seis meses com antibiótico, não precisaria retornar ao médico para validar essa receita, o farmacêutico poderá manter a prescrição e fazer essa dispensação”, ilustra.

Outro ponto que ele destaca é que, para fazer uma prescrição, o farmacêutico precisa ter o Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Farmácia Clínica. E que eles não podem, por

exemplo, receitar os chamados tarja preta. Em resposta às contestações, o presidente do CRF-BA diz que a entidade vai seguir firme defendendo suas posições e cita o apoio do ex-ministro da Saúde, o senador Humberto Costa, e do atual, Alexandre Padilha, que falou em entrevista sobre a importância de outros profissionais participarem dos protocolos clínicos do Ministério da Saúde na dispensação de medicamentos. “Eu acho que o ganho é importante para todos, sobretudo para a população menos favorecida”, afirma Martinelli.

Questionamentos

Alinhado com o Conselho Federal de Medicina (CFM), o Conselho Regional de Medicina da Bahia (Creneb) também se manifestou contrário à resolução, defendendo que a prescrição de medicamentos é uma competência exclusiva dos médicos. As entidades argumentam que a medida coloca a saúde da população em risco, ao permitir que profissionais sem formação clínica adequada realizem atos considerados privativos da medi-

cina. Além disso, questionam a legalidade da resolução, lembrando que decisão semelhante foi derrubada pela Justiça em 2024.

Para o presidente do Creneb, Otávio Marambaia, essa “nova” resolução representa um insulto à decisão da Justiça Federal [em 2024] ao replicar o que já foi considerado ilegal. “É uma chicaneria aviltante contra o poder judiciário. A prescrição por não-médicos, que não sabem e não podem fazer diagnóstico, representa um sério risco às pessoas. Estamos falando de danos graves à saúde e mesmo mortes”, considera.

Marambaia diz que na lei que define a profissão de farmacêuticos não existe a previsão de atos prescritivos. “A Lei do Ato Médico de 2013 define com clareza que é privativo do médico o diagnóstico das doenças e o seu tratamento, medicamentoso ou não”, reforça, acrescentando que criar uma resolução, como quer o Conselho de Farmácia, “é ilegal e não tem nenhum respaldo na capacitação e na lei que define a profissão de farmacêutico”, enfatiza.

LEGISLAÇÃO:

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM)

A prescrição exige investigação, diagnóstico e definição de tratamento, competências exclusivas dos médicos, conforme o artigo 4º, inciso X, da Lei nº 12.842/2013. “O CFM repudia veementemente essa resolução, que coloca a saúde pública em perigo ao permitir que não médicos, sem formação clínica adequada, prescrevam remédios. Tal prática pode levar a óbitos, sequelas e danos irreparáveis. Trata-se de uma invasão flagrante das atribuições médicas. Diagnosticar doenças e prescrever tratamentos são atos privativos dos médicos, formados para tal. Farmacêuticos não possuem treinamento para investigar patologias, definir terapias ou gerenciar efeitos adversos das medicações”

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF)

A prescrição farmacêutica é respaldada pela Lei Federal nº 13.021 de 2014, que determina que o farmacêutico tem a obrigação de estabelecer o perfil farmacoterapêutico dos pacientes, além do próprio acompanhamento farmacoterapêutico. Além disso, o Ministério da Educação estabeleceu por meio da Resolução CES/CNE nº 6/2017 (Art. 5º, § 2º, VII e VIII) que todo farmacêutico deve sair da graduação apto a prescrever terapias farmacológicas, ou seja, os medicamentos. “A mesma determinação do MEC garante que o farmacêutico saia da graduação com competências para a realização de anamnese, solicitação e interpretação de



Raul Spinassé / Ag. A TARDE / 8.3.2024

LUTO Kardé Mourão, ex-presidente do Sinjorba e referência da entidade, lutava contra um câncer

Jornalistas da Bahia se despedem de defensora dos direitos da categoria

REDAÇÃO

Em clima de comoção e tristeza, amigos e familiares participaram da despedida da jornalista e ex-presidente do sindicato da categoria, Kardelícia Mourão. Kardé, como era conhecida, faleceu na noite do último sábado, segundo comunicado da família. Ela lutava contra um câncer e não resistiu às sequelas do tratamento. O velório e a cerimônia de cremação ocorreram na tarde de ontem, no cemitério Jardim da Saudade.

Kardé tinha 65 anos e presidiu o Sindicato dos Jornalistas da Bahia (Sinjorba) de 2004 a 2010. Também atuou como diretora da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Nove anos após deixar a presidência do Sinjorba, Kardé foi a articuladora do movimento "Começar de Novo", em 2019, que reuniu dezenas de jornalistas para promover a mobilização da categoria com vistas à revitalização do sindicato.

O presidente do Sinjorba, Moacyr Neves, declarou que a morte de Kardé será difícil de ser superada por todos que a conheciam.

"Tenho nessa companhei-

ra e líder uma referência que jamais será substituída; foi ela quem me apresentou os caminhos da luta dos jornalistas, me incentivou, orientou e apoiou para continuar firme no fortalecimento do sindicato e de nossa categoria", disse.

Repercussão

Nas redes sociais, muitos amigos e companheiros de profissão demonstraram pesar e destacaram a longa e firme atuação da jornalista na defesa das causas da categoria.

"Kardé foi uma grande e querida amiga. Ela deixa um legado de coragem, ética e compromisso com a democracia e a liberdade de imprensa. À sua família, amigos e colegas de profissão, expresso minha solidarie-

dade e respeito. Sua ausência será sentida, mas sua trajetória seguirá como inspiração para as novas gerações de comunicadores", destacou, em publicação nas redes sociais, o secretário interino de comunicação do Estado da Bahia, Luciano Suedde.

O secretário lembrou da atuação de Kardé à frente do Sinjorba, que presidiu por dois mandatos, e na diretoria da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). "Sua atuação sempre foi marcada pela defesa intransigente da valorização profissional e pela luta permanente por condições dignas de trabalho e respeito à legislação trabalhista".

A deputada federal Lídice da Mata (PSB) também lamentou a perda. "Hoje o Jornalismo Baiano escreve uma página triste. A categoria perde a sua eterna presidente Kardé Mourão, mulher de muita luta em defesa dos direitos daqueles que tinham a sua profissão. A defesa intransigente do diploma de jornalista era uma das suas bandeiras, assim como a defesa da democracia e o combate ao fascismo".

A deputada estadual Oli-

Eufrázio



Reprodução / Redes Sociais

Jornalista Kardé Mourão deixa legado de coragem e ética

via Santana postou nota de pesar. "É com profundo pesar que nos solidarizamos com a família, amigos e colegas da jornalista Kardelícia Mourão Lopes pelo seu falecimento. Kardé dedicou sua vida à defesa dos direitos dos jornalistas. Seu compromisso incansável com a

valorização profissional e a liberdade de expressão deixa um legado inestimável para o jornalismo. Neste momento de dor, prestamos nossas sinceras condolências e nos unimos em solidariedade aos que tiveram o privilégio de conhecê-la e trabalhar ao seu lado".

INÉDITO

Bahia sedia campeonato de canoagem pela primeira vez

MADSON SOUZA

Com embarcações de todas as cores, as águas da Baía de Todos-os-Santos receberam atletas profissionais, amadores, do paradesporto e das categorias master (com mais de 40 anos de idade para o Campeonato Brasileiro de Va'a (canoagem polinésia), que pela primeira vez aconteceu na região Nordeste. Neste último fim de semana, o evento apresentou a modalidade para os curiosos que passaram pela Marina da Penha, na Ribeira, enquanto os melhores atletas do país disputaram vaga no mundial e no pan-americano.

Foram cerca de 600 atletas na competição que inclui as categorias individual, dupla e trios, que percorreram as distâncias de 8 km, 12 km e 16 km. "Trazer o campeonato para a Bahia é muito mais do que sediar uma competição. É reconhecer o potencial da nossa costa, valorizar os atletas locais e incentivar ainda mais a prática do Va'a como estilo de vida e ferramenta de transformação", comenta o organizador do evento, Manoel Lima da M1 Eventos Esportivos.

FESTA

Volta no Dique celebra antigos carnavais e os 476 anos da capital

MARCELA MAGALHÃES*

Salvador celebrou seu aniversário com a 8ª edição da Volta no Dique, promovida pelo grupo Muidei de Nome, formado pelos músicos Ricardo Chaves, Ramon Cruz, Magary Lord e Jonga Cunha. A festa, que já se consolidou no calendário cultural da cidade ocorreu, ontem, atraíu diversos moradores para o Dique do Tororó.

O evento fez o público reviver clássicos da música

baiana. A edição de 2025 não contou com Magary Lord, que se encontra em turnê com o cantor Seu Jorge, na Europa e teve a participação especial do cantor Tonho Matéria.

Convidado

"A gente convidou Tonho Matéria, que tem um repertório vasto de composições e a gente incluiu várias no show de hoje. Foi muito massa, muito astral", contou Ricardo Chaves.

Chaves fala sobre o evento e a importância de manter viva essa celebração: "A Volta no Dique vem coroar uma história que começou há anos, quando propusemos essa ideia à prefeitura. O objetivo era ocupar um espaço místico para a cidade, como o Dique, e trazer a essência do Carnaval de Salvador. Talvez seja, hoje, o evento de rua que mais se aproxima com a origem do Carnaval de Salvador. É uma festa onde a gente consegue ver as famí-



João Simões / Ag. A TARDE

Volta no Dique integrou programação dos 476 anos de Salvador

lias, os pais com os filhos nos ombros, todo mundo curtindo, com o único intuito de ser feliz. Isso traz a balança da raiz", declara.

Para Raimunda Santana, que assistia ao evento pela primeira vez, viu a oportunidade de diversão em família: "Eu trouxe, também, as crianças. Sou fã do Ricardo Chaves e, hoje, tive o privilégio de vê-lo aqui".

*SOB A SUPERVISÃO

DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

OBITUÁRIO

BOSQUE DA PAZ

Maria Rita Mota de Almeida faleceu na UPA de Pirajá, 68 anos, solteira, natural de Maracás-BA

Rita de Cássia da Silva Nascimento faleceu no Hospital Santa Izabel, 55 anos, solteira, natural de Salvador-BA

Acídio Carlos Jesus Santos Filho faleceu no Hospital Professor Eládio Lasserre, 42 anos, solteiro, natural de Matuípe-BA

Antônio Carlos Santos Lima faleceu em residência, 68 anos, solteiro, natural de Elísio Medrado-BA

Rogério dos Santos Rocha faleceu no Hospital Municipal de Simões Filho, 48 anos, natural de Salvador-BA

Humberto Cleomenis Botelho faleceu na UPA São Cristóvão, 79 anos, divorciado, natural de Salvador-BA

Maximiana Silva dos Santos faleceu no Hospital Mont Serrat, 89 anos, viúva, natural de Santo Antônio de Jesus-BA

Luiz Otávio da Cruz faleceu no Pronto Atendimento Boca do Rio, 65 anos, casado, natural de Ubaíra-BA

Vanete Guedes faleceu em residência, 66 anos,

solteira, natural de Salvador-BA

Roneide dos Santos Freitas faleceu no Hospital da Mulher, 45 anos, solteira, natural de Salvador-BA

Jandira dos Santos faleceu em residência, 56 anos, solteira, natural de Jaguaripe-BA

Josefa Edite dos Santos faleceu no PA Nelson Barros, 91 anos, viúva, natural do município de Simão Dias-SE

Wassil Schettini faleceu no Hospital Fundação Baiana de Cardiologia, 90 anos, casado, natural do

município de Poções-BA

José Domingos Silva de Oliveira faleceu em residência, 77 anos, casado, natural de Salvador-BA

CAMPO SANTO

Alfredo Mariano Pimentel Leal 83 anos

Joanita Maria Machado 70 anos

Maria da Conceição Neves de Sousa 68 anos

Analice Silva de Andrade 64 anos

Célia Conceição Pereira 90 anos

Etelvina Rosa de Jesus

Pereira 92 anos

José Durval de Souza 83 anos

Lourival Lima 99 anos

Luciane Fernandes Spencer de Holanda 52 anos

Matildes Paixão Costa 88 anos

Raimundo Almeida Carvalho 62 anos

Teresa Cristina Miranda Macedo 73 anos

Floripes Nunes Lopes 100 anos

Valdenita Santos da Silva 85 anos

JARDIM DA SAUDADE

Maria de Fátima Freitas Santos faleceu no Hospital Aliança, 59 anos, casada, natural de Salvador-BA

Rômulo Pereira Revoredo Filho faleceu em residência, 48 anos, solteiro, natural de Salvador-BA

Kardelícia Mourão Lopes faleceu no Hospital Municipal de Salvador, 65 anos, casada, natural de Salvador-BA

Tereza Cristina Brito Vieira Bittencourt faleceu no Hospital Aliança, 65 anos, advogada, solteira, natural de São Paulo-SP

CLIMA

salvador@grupotarde.com.br



SALVADOR HOJE

25° 31°



SALVADOR AMANHÃ

25° 32°



REMANSO

22° 37°



JUAZEIRO

20° 35°



PAULO AFONSO

22° 35°



FORMOSA DO RIO PRETO

20° 34°



ILHÉU

19° 35°



JACOBINA

20° 34°



FEIRA DE SANTANA

23° 32°



ILHÉUS EDUARDO MAGALHÃES

19° 32°



BARREIRAS

20° 35°



BOM JESUS DA LAPA

21° 39°



VITÓRIA DA CONQUISTA

17° 34°



ILHÉUS

23° 32°



PORTO SEGURO

23° 33°



SANTA MARIA DA VITÓRIA

20° 35°

HOJE	
Alta	04h43 2,3m
Baixa	10h40 0,2m
Alta	17h10 2,4m
Baixa	23h16 0,2m

AMANHÃ	
Alta	04h45 2,4m
Baixa	10h42 0,2m
Alta	17h54 2,5m
Baixa	23h18 0,2m

QUARTA-FEIRA	
Alta	04h00 0,4m
Baixa	09h08 2,2m
Alta	12h14 0,3m
Alta	18h41 2,2m

TEMPERATURAS	
Brasil	Min. Máx.
Brasília	19° 31°
Curitiba	16° 30°
Natal	25° 32°

Brasil	
Min.	Máx.
I. Pessoa	25° 31°
Rio	24° 35°
Recife	25° 32°

Mundo	
Min.	Máx.
Bogotá	11° 26°
H. Kong	11° 18°
Quebec	-2° 5°

Mundo	
Min.	Máx.
Barcelona	4° 12°
Mexico	4° 14°
Luanda	26° 29°

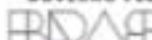
Estudantes criam bala com potencial terapêutico

Após os testes laboratoriais, o produto foi aplicado em pessoas com gripe e tosse seca, além de um teste específico para amigdalite. Todos os resultados foram positivos: os casos de gripe e tosse apresentaram melhora em cinco dias, enquanto o de amigdalite teve melhora em sete dias", revela a aluna Erica Junqueira.

COMPLEXO HOSPITALAR E DE
SAÚDE UFBA

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

GOVERNO FEDERAL



BRASIL

UNião e Reconstrução

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 90011/2025

Processo Nº. 23066.008183/2025-74 Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de OPME COM COMODATO, visando atender às necessidades do Hospital Ana Nery, unidade integrante do Complexo Hospitalar e de Saúde UFBA. Abertura: 10/04/2025 às 09:00 horas (horário

FINANÇAS

De ativos indexados ao IPCA à dolarização das aplicações, especialistas ensinam como investir em 2025

Com dólar e inflação em alta, diversificação é a melhor alternativa para os investidores

JOANA LOPES

Em 2024, a disparada do dólar pegou o mercado financeiro de surpresa, e as expectativas para 2025 indicam que a moeda norte-americana continuará em níveis elevados. A esse cenário se soma a previsão de uma inflação superior à meta do Banco Central, ultrapassando os 5%, o que deve levar a Selic a alcançar 15,25% até o fim do ano, segundo estimativas como a da Sicredi. Diante desse cenário, é importante adotar estratégias para proteger as finanças pessoais e identificar as melhores opções de investimento.

Reduzir despesas em moeda estrangeira, como adiar viagens internacionais e comprar produtos importados, é uma forma de tentar minimizar os impactos, segundo Patrícia Palomo, diretora executiva da ZIIN Investimentos. Ela diz que diversificar fontes de renda também é uma alternativa importante, especialmente para profissionais autônomos e empresários que dependem de uma atividade econômica variável. "Além disso, proteger-se contra a inflação é essencial, o que pode ser feito investindo parte do patrimônio em ativos indexados ao IPCA, evitando assim a desvalorização do dinheiro ao longo do tempo", acrescenta.

De acordo com Palomo, a revisão de contratos e dívidas é outro ponto de atenção. Financiamentos atrelados ao IPCA ou com correção cambial devem ser renegociados para reduzir o risco de custos elevados no futuro. "Também é recomendável evitar novas dívidas de longo prazo com juros variáveis, já que esse tipo de operação pode se tornar mais onerosa em um ambiente de inflação persistente".

Nessa perspectiva, investimentos no mercado imobiliário tendem a acompanhar a inflação e podem ser uma alternativa para quem busca proteção contra a perda do poder de compra, como explica Gustavo Faria, Gestor de Recursos CGA do Grupo Fractal. "Empresas de setores básicos, como saneamento e energia elétrica, também são destaque, pois geralmente repassam a inflação para o consumidor, o que reflete diretamente em suas receitas", afirma.

Para "evitar perder dinheiro", Gabriel Melo, analista de investimentos do Sicredi, recomenda aplicações com rentabilidade pré-fixada mais inflação. Os títulos de renda fixa (CDBs, títulos pú-



Gabriel Melo, analista da Sicredi, recomenda aplicações com rentabilidade pré-fixada mais inflação para "evitar perder dinheiro"

blicos ou privados) oferecem taxas atraentes, especialmente para o perfil de investidor mais tradicional ou conservador. "Os investidores moderados podem ter uma carteira com fundos em moeda, fundos em infraestrutura, letras de crédito e previdência privada", diz.

Melo considera que "o brasileiro gosta de se expor ao dólar" e ter produtos internacionais, mas recomen-

da prudência ao investir na moeda norte-americana. "A taxa básica no Brasil hoje está 14,25%, enquanto nos Estados Unidos está entre 3% e 4%, ou seja, temos produtos extremamente competitivos se comparados ao mercado de lá. Compensa pagar a variação cambial? Talvez não. É possível usar esse capital para diversificar investimentos", diz.

Já o assessor de investi-

mentos Claudio Diamantino considera que o investimento em dólar é uma alternativa mais segura como reserva de emergência e proteção do capital. "Todo e qualquer investidor deve dolarizar pelo menos 30% dos seus investimentos como forma de se resguardar no cenário atual, não só aqueles que têm uma viagem ou gastos previstos em dólar", defende.

Paulo Cunha, analista de mercado e CEO da iHUB Investimentos, também acredita que as o investimento internacional é a melhor aposta do momento, com US\$ 2 mil ou US\$ 3 mil aplicados em renda fixa ou papéis do tesouro americano. Nas soluções nacionais, ele aponta que os títulos públicos federais, indexados à inflação, são uma boa opção. "Os conservadores podem

apostar em aplicações pós-fixadas, já que os juros estão subindo. Seria uma aplicação a longo prazo, para 2050, até 2060, por exemplo", ensina

Mais arrojados

Para os investidores mais arrojados, os especialistas indicam que a Bolsa Brasileira é atraente para uma rentabilidade mais robusta. "As bolsas norte-americanas estão muito valorizadas, principalmente no mercado de tecnologia, então, apesar do cenário interno, o Brasil tem atraído investimento estrangeiro, até os gringos estão investindo na nossa Bolsa", explica Cunha.

Dentro desse perfil que gosta de se expor a mais risco, Patrícia Palomo recomenda o investimento em empresas exportadoras e naquelas que possuem alta capacidade de reajuste de preços para repassar custos. No entanto, ela lembra: "Independentemente do perfil do investidor, a melhor estratégia envolve diversificar ativos, priorizar instrumentos que acompanhem a inflação e manter uma reserva de liquidez para emergências ou oportunidades."

"Proteger-se contra a inflação é essencial, o que pode ser feito investindo parte do patrimônio em ativos indexados ao IPCA (índice de inflação)"

PATRÍCIA PALOMO, da ZIIN



ZIIN Investimentos / Divulgação

"Conservadores podem apostar em aplicações pós-fixadas, já que os juros estão subindo. Seria uma aplicação a longo prazo, para 2050, até 2060, por exemplo"

PAULO CUNHA, da iHUB



iHUB Investimentos / Divulgação

Ex-mulher que recebe pensão alimentícia é dependente previdenciária



Direito previdenciário
Luciano Martinez

Juiz do Trabalho, professor de Direito do Trabalho e Previdenciário da UFBA
lucianoemartinezba@gmail.com
@lucianoemartinezba

ex-esposa com pensão alimentícia judicial e uma companheira sobrevivente, como deve ser feita a divisão da pensão por morte? A companheira pode receber valores retroativos se a ex-esposa já estiver recebendo a pensão integral? ANÔNIMO

Resposta: A ex-esposa que recebia pensão alimentícia judicialmente fixada corre em igualdade de condições com a companheira

O valor da pensão por morte é rateado igualmente entre os dependentes habilitados de mesma classe, conforme o §2º

Os valores pagos exclusivamente à dependente habilitada não serão devolvidos nem compensados, ainda que

são enquadradas na mesma classe de dependentes e, se forem as únicas habilitadas, devem dividir a pensão de forma igualitária, independentemente do percentual da pensão alimentícia anteriormente fixada.

O valor da pensão por morte é rateado igualmente entre os dependentes habilitados de mesma classe, conforme determina o §2º do art. 76 da Lei nº 8.213/91. A existência de pensão ali-

tor limitador da cota da pensão por morte.

Quanto à companheira sobrevivente que se habilita posteriormente, ela terá direito à pensão apenas a partir da data da habilitação, conforme o caput do art. 76 da Lei nº 8.213/91. Os valores pagos exclusivamente à dependente habilitada anteriormente não serão devolvidos nem compensados, ainda que superem sua cota ideal. Assim, não há possibilidade de compensação

ENTREVISTA Glicério Lemos, presidente da Salvador Destination

‘O MAIOR GARGALO É A MALHA AÉREA’

DIVO ARAÚJO

Este verão foi excepcional para o turismo de Salvador. Entre dezembro e março, cerca de 3,5 milhões de turistas visitaram a capital baiana, superando os números de 2020, antes da pandemia. A ocupação hoteleira atingiu 95%, mas os resultados poderiam ser ainda melhores sem alguns gargalos, como explica Glicério Lemos, presidente da Salvador Destination, nesta entrevista ao A TARDE.

“Salvador é discriminada pela aviação. Por que uma passagem de São Paulo para cá custa mais caro do que para o Ceará?”, questiona. Na entrevista, o empresário do setor hoteleiro também defende a permanência do Carnaval na Barra-Ondina, o retorno das barracas de praia e a regulamentação das plataformas digitais, que, segundo ele, concorrem de forma desleal com a hotelaria.

Glicério Lemos também destacou, na conversa, o papel da Salvador Destination na captação de eventos e a importância do turismo de negócios para a cidade. “O turista de negócios gasta três vezes mais que o de sol e mar”. Confira a entrevista a seguir.

Havia a expectativa de que a temporada de Verão 2024-25 em Salvador superasse a de 2020, antes da pandemia, quando 3,4 milhões de turistas visitaram a cidade. Qual o balanço que o senhor faz dessa temporada?



Cláudia Leiria / Ag. A TARDE

RAIO-X

Glicério Lemos é empresário e consultor hoteleiro, com vasta experiência no setor de turismo e hospitalidade. Desde 2021, ocupa o cargo de presidente da Salvador Destination e também exerce a função de cônsul honorário da Guatemala. Ao longo de quase 50 anos de trajetória no setor empresarial, destacou-se pelo compromisso com o desenvolvimento do turismo brasileiro, especialmente na Bahia. Foi presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis da Bahia (ABIH-BA) por dois mandatos, além de coordenador-presidente da Câmara Empresarial de Turismo da Fecomércio-BA e presidente da Câmara de Turismo de Porto Seguro.

outra capital do Nordeste. O que faz Salvador hoje ser a bola da vez do turismo nacional?

Nós passamos por uma fase muito difícil. A cidade já teve montanhas de lixo, estava degradada, os pontos turísticos mal cuidados. Hoje, Salvador está requalificada. A cidade é boa para nós, moradores, e é boa para os turistas também. O turista não vem para uma cidade quando ela é ruim para o próprio morador. Salvador viveu essa experiência ruim de ser uma cidade onde nós mesmos baianos perdemos nossa autoestima. Hoje nós nos recuperamos. A cidade está requalificada. Outra coisa importante é a promoção do destino, que temos que melhorar. Está sendo feita a promoção, mas, na minha opinião, ainda é pouca. Salvador precisa de mais divulgação.

O Carnaval e o Réveillon são os períodos em que Salvador recebe mais turistas. Qual é a importância dessas festas para o trade?

O Carnaval sempre representou para Salvador um 13º para toda a economia. Não somente para hotelaria, mas para restaurantes, mas para toda a economia. Para os vendedores, os ambulantes. Agente vê nos carnavais as mesmas pessoas trabalhando, aqueles mesmos vendedores. E todos me falam da importância que é o Carnaval para o sustento de suas famílias. Nós não tínhamos o Réveillon. Então, Dezembro e

çou a fazer os grandes Réveillons. Hoje, ele influencia diretamente na vinda de turistas para cá. Também é a injeção de valores na economia da cidade. Vejo esses dois eventos como de fundamental importância para a economia de Salvador. Mas precisamos ter mais para estimular esse setor que é de vital importância para a economia. Nós precisamos ter aqui, por exemplo, uma arena de médio porte para shows, jogos de basquete, de vôlei e outros eventos médios.

Como o senhor avalia os debates sobre a retirada do Circuito Barra-Ondina e a possível criação de um novo trajeto na região de Patamares e Boca do Rio?

Se retirasse o Carnaval e os trios elétricos da Barra para outro local, como Patamares ou Boca do Rio, Salvador estaria dando um tiro no pé, assim como aconteceu com o Farol Folias. O evento foi retirado da Barra porque os moradores não queriam, mas era uma iniciativa que fortalecia Salvador, dava visibilidade à cidade e trazia uma taxa de ocupação excepcional no meio de janeiro. No primeiro ano, foi bom; no segundo, fraco; no terceiro, fraquíssimo, e nem chegou a ter uma quarta edição. Correríamos o mesmo risco ao mudar o Carnaval de lugar. Hoje, já existem Carnavais de rua consolidados em Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba. Salvador enfrenta um

‘O turista não vem para uma cidade quando ela é ruim para o próprio morador’

‘O Centro de Convenções tem hoje uma pauta muito grande, excelente’

‘Se retirasse o Carnaval da Barra para outro local, seria um tiro no pé’

permanecem em suas cidades. São Paulo já se propõe como o maior Carnaval de rua do mundo, com 16 milhões de foliões. Mas acredito que o nosso ainda seja o maior. Este ano, a Barra teve um dos melhores Carnavais. Quero parabenizar o prefeito Bruno Reis, que inteligentemente resolveu

recionar a superlotação que existia na região, e o problema foi solucionado com a redistribuição dos trios também para o Circuito do Centro. O Carnaval de 2025 foi um dos mais pacíficos, com poucas brigas e sem superlotação, pois a prefeitura soube equalizar a quantidade de trios elétricos entre a Barra e o Centro.

Quais são os principais gargalos que impedem um crescimento maior do turismo em Salvador?

O maior gargalo hoje em Salvador chama-se malha aérea. Nós temos uma malha aérea pequena para o porte da cidade. Nós temos quase 40 mil leitos hoteleiros e precisamos do apoio da malha aérea. Sem malha aérea, a gente não tem turista, não tem ocupação hoteleira, não tem turismo. Nós precisamos aumentar a malha aérea nacional e internacional. Além do tamanho, tem a questão também do preço das passagens na malha aérea nacional. Salvador é uma cidade discriminada pela aviação. Porque quem está em São Paulo compra uma passagem para Salvador mais cara do que para o Ceará? Mais cara do que para Maceió? Não justifica isso. Por que essa discriminação com Salvador? A gente queria entender. Queria que essas companhias justificassem essa política com Salvador. Já que nós temos um potencial grande, deveria ter um preço mais acessível para continuar, dinamizando o crescimento do turismo em Salvador. Um caminho para resolver este gargalo seria abrir o espaço aéreo nacional para a entrada de companhias internacionais, copiando modelos de países que fazem isso com sucesso, a exemplo dos Estados Unidos e da Europa.

Quais são os outros gargalos que impedem o crescimento do turismo?

Salvador perdeu muito com a retirada das barracas de praia, principalmente para outros destinos que não passaram por esta situação, como Porto Seguro, Fortaleza e Natal. Tantos anos se passaram que já é hora da Justiça Federal fazer um acordo com a prefeitura para que possamos retomar esses equipamentos. Não entendemos por que só Salvador não pode ter barracas de praia. Outro problema que observo a partir de reclamações dos próprios turistas é o excesso de ambulantes assediando nossos visitantes nos pontos turísticos da cidade, inclusive nas praias. E há ainda as plataformas digitais, que concorrem deslealmente com a hotelaria. Essas plataformas alugam apartamentos, mas não estão submetidas às leis tributárias e normas de saúde, que são exigidas da hotelaria. Uma concorrência desleal com um segmento que gera emprego, renda e impostos.

Em novembro do ano passado, a Salvador Destination completou 10 anos. Fale um pouco sobre a trajetória dessa entidade.

A Salvador Destination surgiu do nosso líder maior do turismo na época, Paulo Gaudenzi. Ele era vice-presidente da nossa querida Associação Brasileira da Indústria do

destino, estávamos sem um centro de convenções. E, paralelo a isso, sem uma entidade para desenvolver e fomentar o turismo de negócios em Salvador. O turista de negócios gasta três vezes mais que o turista de sol e mar, o turista de veraneio. É um turista de alto poder aquisitivo, que interessa a qualquer cidade de turismo do mundo. Mas é um setor muito disputado. Eu faço parte dos hoteleiros que fundaram a Salvador Destination, que exerce um papel fundamental nesse trabalho junto com o trade turístico. Nós começamos com 12 associados, e hoje nós temos 45. Tenho me dedicado muito a esse trabalho de chamamento aos novos associados.

Como o trabalho da Salvador Destination se desenvolve na prática?

O trabalho da Salvador Destination é importantíssimo. É um trabalho silencioso. Nós não podemos ficar divulgando as captações que estamos fazendo, porque concorremos com mais de 50 cidades no país que têm entidades de destinos. Todas essas cidades são nossos competidores. Por isso temos que guardar segredo. Nós estamos trabalhando agora com a agenda de 2026, 27, 28, 29, 30. O ano de 2025 já foi, nós não temos mais agenda. É um trabalho a longo prazo, não é de captação imediata. Mas estamos captando congressos, eventos e fazendo a promoção do destino Salvador. Nós somos os interlocutores desses canais com hotelaria, centro de convenções, todo trade turístico. Nós começamos só com a hotelaria, mas logo abrimos para que todo o trade participasse. A Salvador Destination não faz nada sozinha, ela tem que ter a participação de todo o trade. E, nisso aí, nós conseguimos trabalhar a médio e longo prazo.

Nesses 10 anos, o senhor tem ideia de quantos eventos a Salvador Destination conseguiu captar e quanto isso representou para a economia de Salvador?

Ah, é um número espetacular. Captamos 138 eventos que trouxeram mais de 330 mil participantes para a cidade. Isso gerou um impacto econômico para Salvador de mais de R\$ 1,5 bilhão. É número expressivo para uma entidade tão pequena, mas que faz um trabalho tão grandioso. Volto a frisar que é um trabalho silencioso, a gente não pode ficar divulgando. Mas a Salvador Destination precisa e quer o apoio do jornal A TARDE justamente para divulgar esse trabalho para que a cidade tome conhecimento disso. Porque a gente precisa do apoio de todos, tanto do governo do Estado, como da prefeitura, da iniciativa privada, enfim, de todos.

O senhor mencionou o número de eventos captados no passado. Para o futuro, já existe uma estimativa de quantos serão realizados na cidade?

Nós estamos trabalhando em cima de 112 eventos. Mas a gente não pode falar o ano, nem qual é o congresso. O que eu posso dizer é que já estamos trabalhando para

AGRONEGÓCIOS

agronegocios@grupoatarda.com.br

Agro

A TARDE

JOSÉ LUIZ TEJON



UMA VISÃO ABRANGENTE
SOBRE O AGRONEGÓCIO

atarde.com.br/colunista/atardeagro
tejon@grupoatarda.com.br

Ação público-privada é o caminho que muda o agro para melhor

A CNA terá Roberto Rodrigues na coordenação com Embrapa, de um plano que o seu presidente, João Martins, decidiu investir R\$ 100 milhões em suporte à pesquisa. Decisão essa celebrada com o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Carlos Fávaro.

O ex-ministro Roberto Rodrigues, professor emérito da FGV, foi convidado e aceitou a missão de coordenar essa iniciativa, que objetiva reunir R\$ 1 bilhão em esforços científicos da iniciativa privada fundamentais ao futuro do agro, como por exemplo estudos em cada microbioma brasileiro de adaptações as mudanças cli-

máticas do agro tropical.

Outra ótima decisão é o CEFENP: Centro de Excelência em Fertilizantes e Nutrição de Plantas. Conversei com José Carlos Polidoro, pesquisador com os maiores conhecimentos brasileiros

em fertilizantes, solos e plantas que estará na coordenação desse elo científico público e privado, representando o MAPA e que objetiva concretizar o Plano Nacional de Fertilizantes, tendo como meta reduzir a importação

de 85% para 50% de fertilizantes até 2050. Este centro de excelência integrará governo e cientistas com a iniciativa privada, para modernizar e ampliar a produção nacional, reunir investimentos e criar vantagens com-

petitivas tropicalizadas.

E para os fertilizantes a infraestrutura, logística, transportes e equipes de trabalho, recursos humanos no próprio MAPA serão essenciais. Também no aspecto nutrição de solos e plantas iremos contar com os biofertilizantes e fertilizantes especiais, orgânicos, originados dos resíduos e dejetos urbanos e rurais, como já presenciamos, uma iniciativa pronta em andamento em Toledo, no Paraná, entre a cooperativa Primato e a Tupy MWM, além do setor da cana-de-açúcar, como exemplos concretos.

Estes dois casos a CNA com a Embrapa e Centro de Excelência em Fertilizantes, o

CEFENP, precisam contar imediatamente com a adesão do setor privado.

Somente com o engajamento da iniciativa privada iremos obter recursos para a pesquisa que precisa ser feita junto com a Embrapa e para diminuir uma dependência injustificável do insumo vital para nossa agricultura tropical, de solos fracos, o adubo.

Mudar o agro para muito melhor só tem um jeito: sociedade civil organizada participando da ação público-privada. Parabéns CNA, sucesso Roberto Rodrigues e Embrapa. Parabéns CEFENP, com iniciativa privada. Adu- bando, aí dá.

Meta é reunir R\$ 1 bilhão em esforços científicos da iniciativa privada

Plano visa diminuir a importação de fertilizantes de 85% para 50% até 2050

Agro melhor: sociedade civil organizada, participando da ação público-privada

LAURA PITA*

Produtores dos municípios de Jussara e São Miguel, no semiárido baiano, detectaram novos focos da cochonilha do carmim, praga que ataca a palma forrageira. Descobertos em fevereiro deste ano, os novos casos foram os primeiros detectados no Território de Identidade de Irecê, de acordo com o programa de Prevenção e Controle da Cochonilha do Carmim da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB). Para mitigar os novos focos, a ADAB recomenda o isolamento e queima da área, além da substituição das espécies de palma nas plantações.

"No Semiárido da Bahia são cultivadas duas espécies de palma forrageira, a *Opuntia ficus-indica* Mill e a *Nopalea cochenillifera* Salm Dyck. A palma forrageira tem fundamental importância na alimentação dos rebanhos bovinos, caprinos e ovinos, principalmente nos períodos de secas prolongadas, sendo uma das poucas forragens que continua viável em épocas críticas de estiagem", explica Albany Leite Lopes, coordenador do programa Prevenção e Controle da Cochonilha do Carmim.

A cochonilha do carmim ataca exclusivamente a palma forrageira. "A cochonilha do carmim, com nome científico *Dactylopius opuntiae* Cockerell, atinge a palma forrageira para se alimentar. A praga forma colônias na raquete de palma e suga a seiva da palma, injetando toxinas", explica Albany.

"Isso resulta no amarelamento das raquetes, que se desprendem da planta, podendo levar à morte das mesmas. Como uma única fêmea pode depositar entre 450 e 600 ovos, a população pode crescer rapidamente, especialmente durante a seca, causando um enorme desgaste fisiológico nas plantas, esclarece Carlos Gava, pesquisador da Embrapa Semiárido.

Fácil identificação

A praga é de fácil identificação, segundo Carlos Gava. "O sintoma mais fácil de identificar é a presença de fêmeas formando colônias sobre as raquetes da palma. Elas aparecem como pequenas bolinhas brancas seme-

AGRICULTURA Programa estadual orienta agricultores sobre medidas que inibem novos focos

Praga da cochonilha é desafio para os produtores de palma

Júli Souza / Ag. A TARDE / 28.06.2014



Palma é usada para alimentar os rebanhos, principalmente em períodos de seca

é utilizado industrialmente na produção de alimentos e na tecelagem. Embora a produção comercial do carmim seja relevante em diversas regiões do mundo, uma outra espécie de cochonilha é utilizada para esse fim, razão pela qual a *Dactylopius opuntiae* é chamada de falsa cochonilha do carmim.

Dados deste mês, informam que 22 municípios baianos já foram acometidos com a cochonilha do carmim. Em fevereiro, um dos focos foi detectado na fazenda Macambira, em Jussara.

"Sou produtor de bovinos, uso a palma na alimentação do rebanho e também como estratégia nos períodos se-



Albany Leite Lopes / Arquivo pessoal

sou. Como foi a primeira vez que eu vi a praga, eu não a conhecia. Precisei me informar com um técnico, que me indicou o que era para ser feito, além do perigo da cochonilha", expõe Rege Marcos, proprietário da fazenda Macambira.

Ações de combate

"Após a descoberta do foco, emitimos um comunicado à ADAB, que foi ao local fazer a vistoria confirmando a veracidade da denúncia. A área está isolada e a praga será totalmente erradicada. Uma pá mecânica juntará a plantação e depois será ateadado fogo no local. Após a limpeza a máquina será desinfetada, assim como as pessoas do tra-

município de Jussara. Além disso, o Consórcio Desenvolvimento Sustentável de Irecê distribuirá vinte mil mudas de palma doce para funcionar como sementeiras mais resistentes.

A forma mais adequada para se conviver com a praga é a substituição de espécies, ressalta Albany Leite. "A praga cochonilha do carmim só ataca a palma *Opuntia ficus-indica* Mill, cultivares gigante ou redonda, que é a espécie mais cultivada na Bahia. Porém, a *Nopalea cochenillifera* Salm Dyck, cuja espécie é a palma Miúda ou Doce, é resistente ao ataque da cochonilha do carmim, podendo ser cultivada sem

Eufrazio

CIÊNCIA & VIDA

cienciavida@grupatarde.com.br

PERIGO Medicamento usado para controle do diabetes tipo 2 e perda de peso começará a ser vendido no País em julho

Contrabando de Mounjaro no Brasil aumenta e eleva os riscos à saúde

ANA CRISTINA PEREIRA

Os bons resultados no controle do diabetes tipo 2 e da obesidade, o sucesso entre famosos e nas redes sociais e o fato de não ser vendido ainda no Brasil transformou o Mounjaro no medicamento dos sonhos do momento. Tanto que as tentativas de contrabando só crescem nos aeroportos nacionais. Em Salvador, a Receita Federal fez duas apreensões este mês: no dia 20, um passageiro de 29 anos, que veio de Londres e ia para Goiânia, foi detido com 60 canetas de Mounjaro; no dia 10, um jovem de 22 anos de Vitória da Conquista foi preso com 100 canetas. E um mês antes, foram localizadas 681 caixas vazias do medicamento, procedentes do Reino Unido.

Segundo a Receita Federal, de junho passado até agora foram cerca de 8 mil canetas apreendidas no País - sendo 3 mil no Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo. "Desde o ano passado vivemos uma febre de Mounjaro, em toda minha experiência nunca vi nada igual. Essas caixas vazias significam que alguém comprou, abriu, tirou as canetas, dobrou as caixas e depois vai remontar e revender no Brasil, muitas vezes em clínicas médicas, por até R\$ 10 mil uma caneta", detalha o auditor fiscal Luiz Wilson Noronha, que atua no Aeroporto Internacional de Salvador.

Além do preço inflacionado, o comércio ilegal também representa um perigo à saúde, já que as canetas não são acondicionadas da forma correta, em temperatura em torno de 8° C. Em casa, elas devem ser mantidas na parte de baixo da geladeira. Para driblar os scanners que radiografam as bagagens, os traficantes trazem as canetas presas ao corpo, deslocando-se com elas em longas rotas, por exemplo, entre Dubai, Paris, São Paulo e Salvador.

Foi desta forma que o baiano tentou entrar com o produto, que ele informou ter adquirido em Londres - um dos mercados preferidos pelos compradores. "Eles não têm a mínima preocupação com a saúde das pessoas", resume Luiz Wilson, acrescentando que as canetas serão destruídas e os dois casos reportados junto ao Ministério Público Federal, que segue com a investigação.

Vendas no Brasil

Mas as tentativas de burlar a lei - pelo menos em relação à importação - devem estar com os dias contados. A farmacêutica Eli Lilly anunciou para o dia 7 de junho o início das vendas do Mounjaro no Brasil. O que acontece quase dois anos após o medicamento ter sido aprovado pela Anvisa, mas apenas para combater o diabetes. O Comitê de Regulação do Mercado de Medicamentos (CRMM) estabeleceu o preço máximo de R\$ 3.791, mas ainda não definiu o valor final. Com isso, comprar nas nossas farmácias será mais barato do que importar.

Por enquanto, explica o auditor, o caminho legal exige que a pessoa apresente receita e relatório médicos para ingressar no País com o remédio. E em uma quantidade equivalente a, no máximo, seis meses de trata-



Em Salvador, a Receita Federal fez duas grandes apreensões do produto este mês



Endocrinologista Ana Dias destaca benefícios da medicação

Uendel Galter / Ag. A TARDE

Substância está revolucionando o tratamento da obesidade.

os aeroportos, para identificar possíveis suspeitos, como o português preso no dia 20, cuja bagagem foi submetida ao scanner. Na mesma semana, um homem foi preso com 270 canetas no mesmo em Guarulhos. "Nos-

de como esse remédio chega", pontua.

Esperança

Enquanto os pacientes esperam o início das vendas no País, a comunidade médica

dos e em países da Europa. O pedido já foi feito pelo fabricante junto à Anvisa e segundo a endocrinologista Ana Maria Souza Dias a resposta deve ser positiva, pois a substância "está revolucionando o tratamento da obesidade", com vários benefícios comprovados além do controle da diabetes e da perda de peso. Ela cita a segurança cardiovascular - em relação a problemas como AVC e infarto -, o controle da gordura no fígado e até da apnéia do sono.

Integrante da equipe do Centro de Prevenção e Tratamento da Obesidade do Hospital Santa Izabel, a médica explica que a demora das liberações da Anvisa tem a ver com a escassez de material para a fabricação das canetas, devido ao uso irregular. "Há muita falsificação e até manipulação em laboratório, então poderia acabar faltando para garantir a demanda do mercado", informa a médica, acrescentando que a caneta que será vendida no Brasil será do tipo descartável. O uso é semanal, com dosagens que começam em 2,5 mg e pode chegar a 15 mg e precisa ser definida pelo especialista.

A novidade que o Mounjaro traz em relação a outros medicamentos é que ele é o único que atua no controle dos hormônios GLP-1 e GIP, cuja função é estimular a liberação de insulina pelas células do pâncreas, reduzir a quantidade de glicose produzida pelo fígado, diminuir o esvaziamento gástrico e promover a saciedade. O principal concorrente, o Ozempic (semaglutida), age também sobre o GLP-1, mas não sobre o GIP. Com isso, explica a endocrinologista, a medicação regula os níveis de açúcar do sangue e diminui a sensação de fome. "Alguns pacientes chegaram a uma perda de peso de até 20% só com a medicação

perda de peso que faz com que o acompanhamento profissional seja fundamental. Ana Maria lembra que a presença do nutricionista, por exemplo, vai garantir a ingestão adequada de proteínas, para evitar a perda de massa magra e a deficiência nutricional. Em alguns casos será preciso fazer uma suplementação alimentar, pois a perda de apetite pode ser muito grande. Entre os principais efeitos colaterais ela cita náuseas, vômitos e obstrução intestinal. "O Mounjaro não é indicado para pessoas que querem perder poucos quilos, motivadas por modismos", reforça.

Atividade física

Outro ponto destacado pela médica é a prática de atividades físicas, que vai ser definida de acordo com o perfil do paciente e pode começar com uma hidroginástica e até mesmo uma fisioterapia. A equipe do Centro de Obesidade conta com educador físico, que atua em conjunto com médicos, enfermeiros, psicólogos e nutricionistas. "Nossos pacientes são mais complexos, com IMC acima de 30, fazem uso de outras medicações e têm problemas associados como hipertensão, diabetes e esteatose hepática, entre outros", pontua.

Independente das medicações e tratamento, a médica alerta para a necessidade de uma mudança de mentalidade em relação à obesidade, epidemia que atinge mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo. "Precisamos focar em cuidar da saúde e não em emagrecer e afastar a ideia simplista de que se a pessoa fechar a boca e fizer exercícios físicos vai emagrecer. A situação é muito mais complexa e às vezes o preconceito, inclusive do profissional da saúde, faz com



ESPORTE CLUBE

esporte@grupatarde.com.br

SUL-AMERICANO SUB-17 **Joia do Bahia faz 2 e decide para o Brasil**

www.atarde.com.br/esportes

VITÓRIA Após derrota na estreia do Brasileirão, técnico Thiago Carpinini prega atenção aos detalhes para que time volte a casar bom rendimento e resultados positivos

Hora dos ajustes

PATRICK LEVI

Na estreia do Brasileirão 2025 o Vitória não conseguiu ir bem e mais uma vez não saiu com o triunfo na primeira rodada da competição (um tabu que já dura 16 anos). Contra o Juventude, fora de casa, os comandados por Thiago Carpinini sofreram um gol logo cedo (aos 7 minutos do primeiro tempo) e não tiveram forças para reverter o placar, tendo levado mais um outro gol até o apito final.

Embora o time tenha sido superado também na final do Campeonato Baiano, o Leão foi capaz de terminar o Nordestão como primeiro do seu grupo. Diante desse desempenho e do tempo de treino que teve o Colossal, era esperado uma atuação de melhor nível pelo Brasileiro, coisa que passou longe de acontecer, conforme o próprio treinador do Vitória admitiu durante a entrevista coletiva pós-jogo.

"A gente não imaginava esse jogo, a semana foi muito boa. A gente vem com a imagem daquele último jogo. A postura coletiva e de comportamento foi muito boa. Na Série A precisamos corrigir a rota muito rápido, essa instabilidade não pode acontecer. Isso de fazer jogos tão bons, e depois jogos onde as coisas não funcionam", comentou o técnico ubro-negro.

Pouco criativo no ataque, o Leão ainda contou com estreia dos recém-contratados Erick, que veio do São Paulo, e Léo Pereira, emprestado pelo CRB. No entanto, por mais que os novos jogadores cheguem com garra para mostrar serviço, não foi o suficiente para incomodar a defesa adversária. Para os próximos jogos, talvez com maior minutagem,



Vitor Ferreira / EC Vitória / Divulgação

Thiago Carpinini: "A gente não imaginava esse jogo que fizemos. A nossa semana foi muito boa"

O Leão encara o Universidade Católica (EQU), quarta, pela 1ª rodada da Sul-Americana

é esperado que os atletas possam fazer a diferença para o Vitória, caso o time "se ajuste" ofensivamente, como ressaltou o "professor".

"A gente até consegue iniciar as jogadas de maneira organizada, conseguimos controlar as ações do jogo. Mas nossa tomada de decisão está falhando. Tivemos algumas bolas on-

de faltou capricho na bola final, ter um melhor repertório. Isso é detalhe, ajuste, ainda é início de temporada", concluiu.

O Rubro-Negro terá pouco tempo para se ajustar, já que na quarta-feira ocorrerá o próximo difícil desafio da equipe, contra o Universidade Católica (EQU), válido pela primeira rodada da Copa Sul-Americana.

ESPAÑHOL

Barcelona goleia Girona e volta a ser líder isolado

FRANCE PRESSE

Com dois gols de Robert Lewandowski, o Barcelona goleou o Girona por 4 a 1, ontem, em Montjuïc, pela 29ª rodada do Campeonato Espanhol, e voltou à liderança isolada.

Ladislav Krejčí (43') marcou contra e abriu o placar para o Barça no final do primeiro tempo ao tentar afastar uma bola lançada em cobrança de falta de Lamine Yamal.

Depois do intervalo, Arnaut Danjuma (53') empatou para o Girona e deu emoção à partida,

mas os dois gols de Lewandowski (61' e 77') e mais um de Ferran Torres (86') definiram a goleada 'blaugrana'.

Com a vitória, o Barcelona chegou a 66 pontos, três à frente do Real Madrid. O 3º é o Atlético de Madrid, com 57 pontos, que ficou mais distante da luta pelo título depois do empate em 1 a 1 com o Espanyol.

Lewandowski se mantém na artilharia do campeonato, agora com 25 gols, três a mais que o francês Kylian Mbappé, que também balançou as redes duas vezes na rodada.



Uroš Gera / AFP

Lewandowski se mantém artilheiro do campeonato, com 25 gols

PLACAR GIRAMUNDO

BRASILEIRÃO

1ª RODADA / SÁBADO			
Juventude	2x0	Vitória	
Fortaleza	2x0	Fluminense	
Grêmio	2x1	Atlético-MG	
São Paulo	0x0	Sport	
Cruzeiro	2x1	Mirassol	
Flamengo	1x1	Internacional	
ONTEM			
Palmeiras	0x0	Botafogo	
Vasco	2x1	Santos	
Bahia	1x1	Corinthians	
HOJE			
20h	Brasília	x	Ceará

BRASILEIRÃO FEMININO

1ª RODADA / SÁBADO			
Palmeiras	3x3	Grêmio	
ONTEM			
Ferroviária	3x2	Real Brasília	
São Paulo	1x1	Cruzeiro	
Juventude	1x2	Fluminense	
Brasília	2x2	Corinthians	
Flamengo	3x1	CB da Amazônia	
HOJE			
16h	Internacional	x	Sport
20h	América-MG	x	Bahia

Classificação

EQUIPE	P	J	V	E	GP
1. Internacional	67	30	20	30	62
2. Napoli	64	30	19	23	62
3. Atlético	58	30	17	24	63
4. Botafogo	56	30	15	18	50
5. Juventus	55	30	14	18	49
6. Roma	53	30	13	15	45
7. Fiorentina	51	30	15	12	47
8. Lazio	51	29	15	9	50
9. Milan	47	30	14	10	45
10. Torino	40	30	11	11	39
11. Lazio	38	29	9	9	34
12. Genoa	35	30	8	10	28
13. Como	30	30	7	11	30
14. Cagliari	29	30	7	13	31
15. Hellas Verona	29	29	9	20	29
16. Parma	25	29	5	14	30
17. Lecce	25	30	6	28	21
18. Empoli	23	30	4	23	24
19. Venezia	20	30	3	20	23
20. Monza	15	30	2	28	24

PERNAMBUCANO

FINAL (VOLTA) / QUARTA		
Sport	x	Retró

Ida: Retró 2x3 Sport

POTIGUAR

FINAL (VOLTA) / SÁBADO		
ABC	0x1	América RN

Ida: América RN 1x1 ABC

SERGIPIANO

FINAL (VOLTA) / SÁBADO		
Corinthians	1x1	Itabiora

Ida: Itabiora 1x2 Corinthians

GOIANO

FINAL (VOLTA) / ONTEM		
Vila Nova	3x0	Atlético

Ida: Atlético 2x0 Vila Nova

PARANAENSE

FINAL (VOLTA) / SÁBADO		
Operário	(5)1x3 (4)	Maringá

Ida: Maringá 2x2 Operário

COPA DA INGLATERRA

QUARTAS (JOGO ÚNICO) / SÁBADO		
Fulham	0x3	Crystal Palace
Brighton	(3)0x0 (4)	N. Forest

ONTEM		
Preston N. End	0x3	Aston Villa
Bournemouth	1x2	Manchester City

ESPAÑHOL

29ª RODADA / SÁBADO			
Real Sociedad	2x1	Real Valladolid	
Espanyol	1x1	Atlético Madrid	
Alavés	0x2	Rayo Vallecano	
Real Madrid	3x2	Leganes	
ONTEM			
Celta	1x2	Wolves	
Barcelona	4x1	Girona	
Valencia	1x0	Malorca	
At. Bilbao	0x0	Osasuna	
Betis	2x1	Sevilla	
HOJE			
16h	Geta de Vigo	x	Las Palmas

Classificação

EQUIPE	P	J	V	E	GP
1. PSG	71	27	22	53	78
2. Monaco	50	27	15	20	53
3. Clermont	49	27	15	18	54
4. Nice	47	27	13	18	51
5. Lille	47	27	13	13	41
6. Strasbourg	46	27	13	10	45
7. Lyon	45	27	13	15	52
8. Brest	40	27	12	9	42
9. Lens	39	27	11	1	31
10. Auxerre	35	27	9	1	38
11. Toulouse	34	27	9	2	35
12. Rennes	32	27	10	1	38
13. Nantes	27	27	6	15	31
14. Angers	27	27	7	19	28
15. Reims	26	27	6	12	29
16. Le Havre	24	27	7	28	29
17. Saint-Etienne	23	27	6	25	27
18. Montpellier	15	27	4	21	21

ITALIANO

20ª RODADA / SÁBADO			
Venezia	0x1	Bologna	
Como	1x1	Empoli	
Ajaccio	1x0	Genoa	
Lazio	0x1	Roma	
ONTEM			
Cagliari	3x0	Mora	
Florentina	1x0	Atalanta	
Inter	2x1	Udinese	
Napoli	2x1	Milan	
HOJE			
14h30	Verona	x	Parma
15h45	Lazio	x	Torino

Classificação

EQUIPE	P	J	V	E	GP
1. Internazionale	67	30	20	30	62
2. Napoli	64	30	19	23	62
3. Atlético	58	30	17	24	63
4. Botafogo	56	30	15	18	50
5. Juventus	55	30	14	18	49
6. Roma	53	30	13	15	45
7. Fiorentina	51	30	15	12	47
8. Lazio	51	29	15	9	50
9. Milan	47	30	14	10	45
10. Torino	40	30	11	11	39
11. Lazio	38	29	9	9	34
12. Genoa	35	30	8	10	28
13. Como	30	30	7	11	30
14. Cagliari	29	30	7	13	31
15. Hellas Verona	29	29	9	20	29
16. Parma	25	29	5	14	30
17. Lecce	25	30	6	28	21
18. Empoli	23	30	4	23	24
19. Venezia	20	30	3	20	23
20. Monza	15	30	2	28	24

ALEMÃO

27ª RODADA / SEXTA		
Leverkusen	3x1	Bochum

SÁBADO		
Bayern	3x2	St. Pauli
Horstein Kiel	0x3	Werder Bremen
M'gladbach	1x0	RB Leipzig
Wolfsburg	0x1	Heidenheim
Hoffenheim	1x1	Augsburg
Eintracht	1x0	Stuttgart

ONTEM		
Freiburg	1x2	Union Berlin
Borussia D	3x1	Munich 05

Classificação

EQUIPE	P	J	V	E	GP
1. PSG	71	27	22	53	78
2. Monaco	50	27	15	20	53
3. Clermont	49	27	15	18	54
4. Nice	47	27	13	18	51
5. Lille	47	27	13	13	41
6. Strasbourg	46	27	13	10	45
7. Lyon	45	27	13	15	52
8. Brest	40	27	12	9	42
9. Lens	39	27	11	1	31
10. Auxerre	35	27	9	1	38
11. Toulouse	34	27	9	2	35
12. Rennes	32	27	10	1	38
13. Nantes	27	27	6	15	31
14. Angers	27	27	7	19	28
15. Reims	26	27	6	12	29
16. Le Havre	24	27	7	28	29
17. Saint-Etienne	23	27	6	25	27
18. Montpellier	15	27	4	21	21

FRANCES

27ª RODADA / SEXTA		
Strasbourg	4x2	Lyon

SÁBADO		
Reims	3x1	Olympique
Saint-Etienne	1x0	PSG
Monaco	2x1	Nice

ONTEM		
Toulouse	2x4	Stade Brestois
Auxerre	1x0	Montpellier
Angers	0x3	Rennes
Le Havre	3x2	Nantes
Lille	1x0	Lens

Classificação

EQUIPE	P	J	V	E	GP
1. PSG	71	27	22	53	78
2. Monaco	50	27	15	20	53
3. Clermont	49	27	15	18	54
4. Nice	47	27	13	18	51
5. Lille	47	27	13	13	41
6. Strasbourg	46	27	13	10	45
7. Lyon	45	27	13	15	52
8. Brest	40	27	12	9	42
9. Lens	39	27	11	1	31
10. Auxerre	35	27	9	1	38
11. Toulouse	34	27	9	2	35
12. Rennes	32	27	10	1	38
13. Nantes	27	27	6	15	31
14. Angers	27	27	7	19	28
15. Reims	26	27	6	12	29
16. Le Havre	24	27	7	28	29
17. Saint-Etienne	23	27	6	25	27
18. Montpellier	15	27	4	21	21

NA TELINHA

15h45 **Camp. Italiano:** Lazio x Torino
Espn4

16h **Série A1 (Rem):** Internacional x Sport
TV Brasil

17h30 **Série A1 (Rem):** São Paulo x Cruzeiro
sportv

20h **Série A:** RB Bragantino x Ceará
Premiere

20h **Série A1 (Rem):** Palmeiras x Grêmio
sportv

CURTAS

MANO DEMITIDO

Flu vai ao mercado atrás de novo técnico

Fontes de diferentes jornais do Rio de Janeiro indicam que Renato Gaúcho seria o nome mais cotado para assumir o comando do Fluminense. No entanto, treinadores estrangeiros também seriam bem vistos aos olhos da direção do Flu, aponta o jornalista Paulo Vinícius Coelho. Renato está desempregado desde que foi demitido do Grêmio em dezembro de 2024.

2025, Mano Menezes não conseguiu continuar como técnico do Tricolor. Depois de uma campanha sem muito brilho no torneio no ano passado (o time ficou em 13º, ficando de fora do grupo que se classifica para a Libertadores) e de ter perdido o Cariócio para o maior rival, ser superado pelo Fortaleza na primeira rodada do nacional foi mais um revés para o técnico.



Justin Taylor / AFP

COPA DA INGLATERRA

City garante sua vaga na semifinal

Foi com emoção que o Manchester City conseguiu garantir sua vaga na semifinal da Copa da Inglaterra, ontem. Saíndo atrás do placar, os "Citizens" superaram a defesa do Bournemouth duas vezes (gols de Haaland e Mar-moush) e terminaram a partida em vantagem. Agora, a equipe comandada por Pep Guardiola enfrentará o Nottingham Forest e, caso passe, lutará pelo título contra o vencedor do confronto entre Crystal Palace e Aston Villa.

BRASILEIRÃO FEMININO

SÉRIE A Bahia abre placar contra o Corinthians, mas tem Everton Ribeiro expulso e vê Timão fazer 1 a 1 aos 45 minutos do 2º tempo

Estreia com empate amargo no fim



Análise do jogo
Luiz Teles
Editor
luiz.teles@grupotarde.com.br

O que sobrou de vontade e bom futebol no primeiro tempo ao Bahia, faltou em juízo e sorte na etapa final do duelo de ontem à noite, contra o Corinthians, na Arena Fonte Nova, pela 1ª rodada do Brasileirão. Após abrir o placar com Gilberto, o Tricolor teve Everton Ribeiro expulso e, com um a menos, sofreu o 1 a 1 quase nos acréscimos com gol de Héctor Hernández.

Com o resultado, tanto Bahia como Corinthians somam um ponto e ocupam a 6ª colocação na tabela. O Tricolor agora desliga a chave da Série A e foca apenas em sua estreia na fase de grupos da Libertadores, quinta-feira, contra o Internacional, às 19h, na Arena Fonte Nova. Pelo Brasileirão, o próximo compromisso do Esquadrão é fora de casa, contra o Santos, domingo, a partir das 20h30, na Vila Belmiro.

O jogo
Com o Corinthians jogando com um time com poucos titulares, após a final do Paulistão na última quinta-feira, o técnico Rogério Ceni abriu mão de jogar com três zagueiros e foi a campo com Gilberto e Juba nas laterais. Com domínio das ações e razoável controle do meio-campo, o Tricolor foi melhor que o Timão nos 45 minutos iniciais.

O Bahia esteve próximo de abrir o placar logo no segundo minuto de partida. Caio Alexandre encontrou bom passe para Everton Ribeiro, que deu um toquinho para Lucho Rodríguez. O uruguaio finalizou de dentro da área, mas Donelli fez grande defesa e evitou o gol tricolor.

Pressionando a saída de bola do adversário e sem sofrer muito na defesa, o esquadrão esteve perto de marcar aos 22, quando Luciano Juba (o melhor em campo do Tricolor) foi até a linha de fundo e cruzou rasteiro para trás. Sem mar-



Pulga fez bom jogo, mas sofreu com a forte marcação



Gilberto celebra seu gol de cabeça, após cruzamento de Luciano Juba no fim do primeiro tempo

cação, Jean Lucas dominou e finalizou por cima do gol.

Após seguir com boas jogadas, sobretudo pela esquerda, finalmente o Bahia abriu o placar, aos 45 minutos. Em grande jogada, Juba pegou a bola na direita e foi levando os marcadores até a entrada da área, na esquerda, cruzando na medida para Gilberto, de cabeça, fazer 1 a 0 para delírio da torcida na Fonte Nova.

Com 50 segundos na segunda etapa, o Bahia só não marcou por milagre de Donelli em dois lances seguidos. Primeiro, Lucho Rodríguez cabeceou nas mãos do goleiro. Em seguida, Pulga avançou pelo lado esquerdo e cruzou para a pequena área. Ademir finalizou e o arqueiro fez a defesa à queima-roupa.

O jogo parecia fácil e o Corinthians não esboçava uma reação, mas aos cinco minutos, a história mudou, com a boba expulsão de Everton Ribeiro, que calçou um atacante do Timão por trás, recebeu

justamente o 2º cartão amarelo e deixou o Bahia com um a menos.

A partir daí, o Bahia passou a apenas se defender, e fez isso muito bem, sem deixar que Ronaldo fosse muito exigido pelas finalizações Corinthianas. O time paulista tentava chegar sobretudo com bolas alçadas à área, mas com Kanu, Mingo e Gabriel Xavier em grande dia, o Tricolor ganhou quase todas por cima.

Aos 34, o Corinthians chegou a deixar tudo igual, com Romero acertando um bonito chute no ângulo, mas a arbitragem, corretamente pegou um impedimento de Talles no início da jogada e anulou o gol.

Tudo se encaminhava para um triunfo, mas nos minutos finais, o Timão conseguiu o empate. Breno Bidon cruzou para dentro da área e Héctor Hernández completou de cabeça para o gol, frustrando a torcida do Bahia, que mesmo com a perda da vitória, aplaudiu a partida ao apito final.

CALCIO

Inter vence Udinese e mantém vantagem na liderança do Italiano

PATRICK LEVI
A Inter de Milão manteve a vantagem na liderança do Campeonato Italiano ao derrotar a Udinese por 2 a 1 neste domingo (30), pela 30ª rodada, que também teve a derrota da Atalanta (3º) para a Fiorentina por 1 a 0.

Graças a esta quarta vitória em cinco partidas, os 'nerazzurri' somam 67 pontos na tabela contra 64 do Napoli (2º), que no último jogo do dia venceu o Milan (9º) por 2 a 1.

Antes de entrar em um intenso mês de abril, com a semifinal da Copa da Itália contra o Milan e as quartas de final da Liga das Campeões com o Bayern de Munique, a Inter segue mantendo a regularidade.

Sem o capitão e artilheiro Lautaro Martínez, que foi poupado e acompanhou a partida nas tribunas do estádio Giuseppe Meazza, a Inter abriu vantagem com os gols de Marko Arnautovic (12') e Davide Frattesi (29'), ambos com pas-

se de Federico Dimarco.

A Udinese descontou com o zagueiro francês Oumer Soulet (71') e, nos acréscimos, o goleiro interista Yann Sommer evitou o empate com uma defesa em cima da linha (90'+2).

Irritado com a arbitragem, o técnico da Inter, Simone Inzaghi, expulso na reta final por reclamação.

"Perdemos a lucidez, paramos de jogar e poderíamos ter sido derrotados", admitiu Inzaghi após a partida.



Davide Frattesi celebra o segundo gol da Inter de Milão contra a Udinese, em jogo no San Siro

CURTAS

BRASILEIRÃO I

Palmeiras fica no empate contra Botafogo

Uma cena incomum de se ver aconteceu ontem no Allianz Parque, em São Paulo. O Palmeiras, comandado pelo técnico Abel Ferreira, foi vaiado pela sua torcida após mais uma atuação pouco inspirada. O confronto entre os atuais campeão e vice do Campeonato Brasileiro terminou com o placar em igualdade (0 a 0), mas foi o clube

po, quando o goleiro Weverton foi exigido diversas vezes. O treinador português não gostou do que viu na etapa inicial e fez algumas alterações já no intervalo, conseguindo equilibrar a partida no segundo tempo, mas isso não foi o suficiente para o Verdão ir às redes. Depois de ter perdido o título do Paulistão para o maior

BRASILEIRÃO II

Vasco vence Santos de virada, em casa

O Vasco começou o Brasileirão 2025 com o pé direito. Enfrentando um adversário complicado, em São Januário, o Gigante da Colina alegrou o domingo dos seus torcedores ao conseguir a virada contra o Santos (2 a 1). Os cariocas já estava melhor no jogo quando sofreu o gol, ainda aos 20 minutos da etapa inicial, após erro na saída de bola. Depois do intervalo, empurrado pela sua torcida, o Cruz-Maltino foi às redes com Nuno Moreira,



BRASILEIRÃO III

Bragantino e Ceará encerram rodada

Acontece hoje o fechamento da primeira rodada do Campeonato Brasileiro, com o duelo entre RB Bragantino e Ceará. A bola está marcada para começar a rolar às 20h, no estádio Nabi Abi Chedid, em Bragança Paulista. Quem vencer a partida passará na frente do adversário no equilibrado histórico do confronto entre as equipes, já que em 22 partidas, ambas os times venceram sete vezes cada. No entanto, o

Eufrazio





GOVERNO DO ESTADO
BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
HÍDRICA E SANEAMENTO
GOVERNO PREZANTE
FUTURO
PRA DENTR

EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. – EMBASA
CNPJ: 13.504.675/0001-10

CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 5.684.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO: R\$ 5.064.038.845,92

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS)

	Reservas de capital			Reservas de lucros				Ações em tesouraria	Reserva de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) líquidos acumulados	Total
	Capital social	Acréscimo para futuro aumento de capital	Auxílio para obras	Incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva para investimentos	Reserva especial para dividendos obrigatórios					
Saldo em 01 de janeiro de 2023	4.397.122	24.916	16.381	301.287	105.726	1.526.421	-	(1.111)	143.322	(440.638)	-	6.622.133
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	300.127	300.127
Outros resultados abrangentes:												
Ganhos (perdas) atuariais com plano de pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.500	-	6.500
Ganhos (perdas) atuariais com plano de saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(42.071)	-	(42.071)
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(404.162)	-	(404.162)
Contribuição e distribuições para os acionistas												
Aumento de capital com:												
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Auxílio para obras recebidas (pagas convênios)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação, líquido de tributos	-	-	-	-	-	-	-	-	(23.108)	-	23.108	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	44.566	-	-	-	-	-	(44.566)	-
Constituição de reserva para investimentos	-	-	-	-	-	796.934	-	-	-	-	(796.934)	-
Dividendos propostos aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(60.832)	(60.832)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.397.122	24.916	16.381	301.287	150.292	2.216.335	-	(1.111)	122.124	(602.801)	-	7.620.273
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.007.478	1.007.478
Outros resultados abrangentes:												
Ganhos (perdas) atuariais com plano de pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.036)	-	(7.036)
Ganhos (perdas) atuariais com plano de saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	210.101	-	210.101
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	203.065	-	203.065
Contribuição e distribuições para os acionistas												
Aumento de capital com:												
Adiantamento para futuro aumento de capital	24.916	(24.916)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(62.000)
Auxílio para obras recebidas (pagas convênios)	-	-	(36)	-	-	-	-	-	-	-	-	(36)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação, líquido de tributos	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.032)	-	3.032	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	50.560	-	-	-	-	-	(50.560)	-
Constituição de reserva para investimentos	-	-	-	-	-	903.164	-	-	-	-	(903.164)	-
Dividendos Estatutários propostos aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(57.646)	(57.646)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.064.038	-	16.367	301.287	200.851	3.216.519	-	(1.111)	118.091	(648.934)	-	8.730.080

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA ("Embasa" ou "Companhia"), Sociedade de economia mista com Sede em Salvador, Bahia, constituída pela Lei Estadual nº 2.929/71, vinculada à Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento - SIHS, empresa Estatal não dependente, tem como objeto social, por outorga do Estado e delegação dos seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico de captação, tratamento e distribuição de água, bem como coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da realização de estudos, projetos e execução de obras de implantação, ampliação e melhorias em abastecimento de água e esgotamento sanitário na sua área de atuação no Estado da Bahia.

A Companhia opera:

(i) 463 sistemas de abastecimento de água (185 integrados e 278 locais) em 368 municípios (88,2% dos municípios do Estado da Bahia). Possui 1,3 milhões de ligações existentes de água, atendendo aproximadamente cerca de 9,97 milhões de pessoas. O índice de atendimento da população urbana para o abastecimento de água está em 97,6%, considerando as populações estimadas pelo IBGE e informadas pelo SINISA;

(ii) 152 sistemas de esgotamento sanitário (13 integrados e 139 locais) em 116 municípios (28,3% dos municípios do Estado da Bahia). Possui 1,7 milhão de ligações existentes de esgoto, atendendo cerca de 4,69 milhões de pessoas. O índice de atendimento da população urbana com esgotamento sanitário está em 50,4%, considerando as populações estimadas pelo IBGE e informadas pelo SINISA.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 344 contratos/ convênios em vigor que representam 98% da receita operacional líquida e 25 contratos vencidos ou operações sem contrato que representam 2% da receita operacional líquida, conforme demonstrado na tabela abaixo. Dentro da vigência do decreto federal 11.466/ 2023, a Companhia formalizou a relação jurídica com 42 municípios, incorporado as metas do novo marco legal do saneamento com vigência máxima até 2033, conforme previsão no referido decreto.

A Prestação de serviços com fundamento no Termo de Acordo firmado entre Município de Salvador e Governo do Estado da Bahia, de 26 de maio de 1925, que teve como finalidade transferir ao Estado a execução, regulação e fiscalização dos serviços de água e esgoto do Município da capital baiana, ratificado em 05 de junho de 1929 por outro Termo de Acordo que conferia mandato pleno ou autorização para contratar, executar ou fazer executar quaisquer obras relativas aos serviços de água e esgoto, por prazo indeterminado, instrumento válido à luz das regras jurídicas então vigentes, que foi recepcionado pela ordem jurídica atual como delegação direta. Essa relação jurídica foi ainda confirmada através de diversos atos, a exemplo de: 27 de dezembro de 2006 – Contratação de PPP, para operar no Município de Salvador; 15 de maio de 2009 – Subscrição de TC junto ao Ministério das Cidades; 22 de dezembro de 2009 – Celebração do Convênio de Cooperação entre entes federados onde autoriza, entre outras providências, a gestão associada de serviços; 31 de maio de 2011 - Lei Municipal nº 7.981/2011, que aprova o Plano Municipal De Saneamento Básico, autoriza celebração de contrato de programa, institui o FM5B, entre outras providências. 1º de junho de 2011 - Publicação do plano municipal de saneamento básico, compreendendo os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, nos termos da Lei municipal nº 7.981/2011. Sendo assim, o Termo de Acordo de 1925, ratificado pelo Termo de Acordo de 1929, foi admitido pela ordem jurídica vigente com a natureza de convênio de cooperação inter-federativa, e recepcionado como instrumento congerente a um contrato, configurando um ato jurídico perfeito, pois é válido, eficaz e vigente. Em 2022, a Procuradoria Geral do Estado da Bahia se manifestou favorável ao fundamento jurídico exposto acima acerca da regularidade jurídica da operação de Salvador pela EMBASA. Com o advento do Decreto federal nº 11.598/2023 e da interpretação da Norma de Referência nº 002/2021-ANA instituída através da resolução 106/2021, o Termo de Acordo de 1925 pode integrar o rol de vínculos objeto da comprovação da capacidade econômico-financeira da EMBASA e incorporar as metas de universalização de acordo com o art. 11 da Lei federal nº 11.445/2007.

Em março de 2024, cumprindo o rito do Decreto 11.598 de 2023 o qual revogou o Decreto 11.466/2023, a Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia (Agersa) publicou no Diário Oficial do Estado da Bahia a aprovação da comprovação da capacidade econômica e financeira da Companhia de 100% dos contratos vigentes (344). A Companhia também comprovou junto à Agersa a sua capacidade de captar recursos para a realização dos investimentos necessários visando ao atingimento das metas de universalização estabelecidas pela legislação atual do saneamento, nos municípios de sua área de atuação.

Situação regulatória da embasa	QTD	% PCL	% EBITDA	Intangível do contrato (R\$)
Contrato de concessão/programa (*)	301	58,77%	57,03%	4.856.034
Instrumento de regulação (**)	42	6,11%	3,59%	599.090
Instrumento Congênere (***)	1	33,03%	36,27%	1.963.179
Subtotal	344	87,91%	86,89%	7.418.299
Contratos sem contrato	22	2,06%	1,13%	108.122
Operação sem contrato (****)	3	0,03%	-0,02%	487
Subtotal	25	2,89%	1,11%	159.619
Total	369	100,80%	100%	7.617.918

Fonte em 31/12/2024 – Fonte: ERP SAP

(*) Art. 11-B Lei 11.445/2007 alterada pela 14.048/2020

(**) Art. 1º, parágrafo 2º, Decreto 11.466/ 2023

(***) Art. 11-B Lei 11.445/2007 alterada pela 14.026/2020, Art. 1º da Resolução da ANA 102 de 06/05/2024 (Norma de Referência 006/2024) e Art. 2º Decreto Federal 11.598/ 2023)

(****) Art. 11-B, parágrafo 08º, da Lei 11.445/2007 alterado pela 14.026/2020.

Existem ativos alocados em áreas administrativas no total de R\$ 766.262 que não estão diretamente vinculados aos contratos.

Vencimento	QTD	% PCL 2024	% EBITDA 2024
Até 2023	42	8,20%	6,69%
De 2023 até 2043	85	16,48%	15,24%
Apartir de 2043	217	75,31%	78,07%
Total	344	100,00%	100,00%

da referida Lei, entre titulares e as empresas públicas estatais, obrigando quando do encerramento dos contratos existentes em vigor a realização de licitações que permita a ampla concorrência entre os prestadores, representando portanto, um fator de risco estratégico voltado à contratualização,

Como parte do plano de captação de recursos para fazer frente aos desafios do Novo Marco Legal do Saneamento, a Embasa está em avançada fase de contratação de R\$ 2,7 bilhões assim divididos:

• No âmbito do Novo Programa de aceleração do crescimento – Novo PAC, o Ministério das Cidades publicou as Portarias 768/2024 e 769/2024 com a informação de seleção dos empreendimentos de água e esgoto, respectivamente. Assim, para serem executados pela Embasa, foram selecionados 17 empreendimentos, beneficiando 25 municípios e mais de 800 mil pessoas, no total de R\$ 1,4 bilhão a ser investido. Desse total, R\$ 534, já contratados, são oriundos do Orçamento Geral da União – OGU e serão destinados para 10 empreendimentos, sendo 5 de abastecimento de água e 5 de esgotamento sanitário.

Empreendimentos/Município	Serviço	Recurso OGU
SIAA/Mgari Calmon-Petropolis-Mundo Novo e Itan	Água	R\$17
SIAA/Uaua	Água	R\$68
SIAA/Santago	Água	R\$39
SIAA/Semurda-Jacirama-Vazas do Poço e Mogel Calmon	Água	R\$16
SIAA/Almeida	Água	R\$59
SES/Renicas	Esgoto	R\$55
SES/Bragança	Esgoto	R\$19
SES/Caldas do Jorro	Esgoto	R\$05
SES/Ouro Dantas	Esgoto	R\$07
SES/Silveira	Esgoto	R\$70
TOTAL		R\$ 534

• Ainda no âmbito do Novo Programa de aceleração do crescimento – Novo PAC, do valor total destinado, R\$ 819 milhões são oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e serão destinados para 7 empreendimentos, sendo 2 de abastecimentos de água e 5 de esgotamento sanitário. O recurso será viabilizado pela Caixa Econômica Federal e a Embasa ficará responsável pela contrapartida de 5% do montante.

Empreendimentos/Município	Serviço	Total (Financiado + Contrapartida)
SIAA/Almeida-Bahia/Brasilia	Água	R\$67
SIAA/Santago-Oeste/Alto	Água	R\$92
SES/Caixa	Esgoto	R\$131
SES/Vinhanga	Esgoto	R\$83
SES/Livramento de Nossa Senhora	Esgoto	R\$133
SES/Razão	Esgoto	R\$129
SES/Rio Real	Esgoto	R\$174
TOTAL		R\$819

• Disponibilidade de crédito no Banco do Nordeste de R\$ 436 milhões com recursos do Fundo Nacional do Nordeste (FNE) e contrapartida da Embasa de até 20% do valor disponibilizado pelo banco, para empreendimentos de esgotamento sanitário em 3 municípios (Ribeira do Pombal, Senhor do Bonfim e Amargosa), em que a companhia se encontra em crescente evolução na negociação para assinatura do contrato.

• Disponibilidade de crédito no Banco do Nordeste no montante de R\$ 120 milhões para aquisição de máquinas e equipamentos, via recursos também do FNE, em fase avançada de negociação com expectativa iminente de assinatura de contrato.

• Disponibilidade de crédito no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de R\$ 833 milhões e contrapartida da Embasa de, no mínimo, 5% do valor disponibilizado pelo banco, para 7 empreendimentos, sendo 5 de esgotamento sanitário, 1 de abastecimento de água e 1 em segurança operacional, em que a companhia se encontra em fase avançada de negociação com expectativa iminente de assinatura de contrato.

Implantação SES Pojuca;
Implantação SES Pojuca Norte;
Implantação SES Iberoar / Praia do Forte;
Implantação SES Ilha de Maré;
ETL - ETA Principal em Candeias;
Ampliação SIAA Jordão.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro 2024 foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais do Contabilidade (International Accounting Standards Board – IASB). As demonstrações financeiras foram elaboradas levando em conta o presupuesto da continuidade operacional, dado que a Diretoria Executiva tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perpetuidade de seus negócios e a Diretoria Executiva não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Diretoria Executiva na sua gestão.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Em acréscimo, a Companhia apresenta um balanço adicional no início do período mais antigo divulgado, quando se realiza apresentação retrospectiva de uma política contábil, representação retrospectiva ou reclassificação de itens nas demonstrações financeiras.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Diretoria utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de uma forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

A Administração da Companhia não identificou situações que tenham gerado julgamentos críticos sobre as políticas contábeis adotadas no exercício corrente que apresentem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nestas demonstrações financeiras.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 11 - Reconhecimento e mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber;

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. Essa provisão estima a perda no recebimento de clientes, os clientes particulares são estratificados por problemas (ações judiciais, fluxo de esgoto, terreno, imóveis em ruína e abandonado, entre outras) bem como por situação de atraso que não se enquadram nos problemas citados, e são aplicados os percentuais de evasão da arrecadação, obtidos através de ferramenta de "BI" – Business Intelligence. Já para estimar a provisão para clientes públicos, a Companhia aplica os percentuais de evasão da arrecadação apurados para cada responsável.

Nota explicativa 13 - Intangível (expectativa de vida útil remanescente e valor recuperável dos ativos atrelados à concessão).

A Companhia passou a utilizar como expectativa de vida útil remanescente, a partir de 01 de janeiro de 2023, a tabela de vidas úteis definidas pela Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia - AGERSA, por meio da Nota Técnica Complementar 001/2020.

Nota explicativa 18 - Reconhecimento e mensuração de provisão para perdas em processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, sendo toda essa avaliação realizada pelos advogados internos e externos da Companhia. As provisões são revisadas e ajustadas a cada período de report para levar em conta as alterações nas circunstâncias.

Nota explicativa 22 – Benefícios a empregados: O custo dos planos de aposentadoria com benefício definido e benefício de assistência médica pós-emprego bem como o valor presente dessas obrigações são determinadas utilizando avaliação atuarial, que envolve o uso de premissas as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões, entre outras. Essas obrigações são altamente sensíveis a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:
Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos que a entidade possa ter acesso na data da mensuração;
Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Diretoria não incluiu informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, pois o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

5. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por aplicações financeiras e instrumentos de dívidas que são reconhecidas pelo valor justo através do resultado.

6. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente com aquelas apresentadas no exercício anterior, exceto quando indicado de outra forma.

6.1. Caixa e equivalentes de caixa





GOVERNO DO ESTADO
BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
HÍDRICA E SANEAMENTO

GOVERNO PRESENTE
FUTURO
PARA GENTE

EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. – EMBASA
CNPJ: 13.504.675/0001-10

CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 5.664.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO: R\$ 5.064.038.845,92

(iii) Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

(iv) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, tendo por base o estatuto social da Companhia e a legislação societária brasileira, exceto quando fica evidenciado a ausência de recursos disponíveis à época para a sua distribuição aprovada pelo Conselho Fiscal, onde no lugar de sua distribuição é constituída reserva especial para este fim no patrimônio líquido. Os dividendos mínimos ficam ali retidos até que a Companhia restabeleça condição para que estes sejam distribuídos aos acionistas. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

6.16. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

(i) Provisão para perdas em processos judiciais

Quando aplicável, são registradas e atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado de perda provável, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos consultores jurídicos da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para perdas em processos judiciais estão descritos na Nota explicativa nº 18.

6.17. Receita operacional

(i) Prestação de serviços de saneamento e esgotamento sanitário

A receita relativa à prestação de serviço de água e esgoto é faturada mensalmente para todos os usuários de acordo com o calendário da leitura de medição, que representa o seu consumo ou prestação do serviço. As receitas de água e esgoto são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e são apresentadas líquidas de imposto, taxas, abatimentos e descontos.

A receita não faturada, que representa receita incorrida, cujo serviço foi prestado, porém ainda não faturado até o final de cada período, corresponde ao valor estimado de consumo entre a data da leitura e o término do mês em que o serviço foi prestado.

As receitas são reconhecidas com base no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, a qual determina um modelo de cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com cliente. Assim, a Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e v) satisfaz todas as obrigações de desempenho.

(ii) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e CPC 47 - Receita de Contrato com cliente, ou seja, à medida que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo.

Durante a fase de construção, o ativo é classificado como ativo de contrato, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos.

6.18. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendimentos, juros, variações cambiais, variações monetárias, resultado de aplicações financeiras, depósitos judiciais, acordos e parcelamentos com clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações cambiais, e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

6.19. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio nas datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

6.20. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo

Obrigações de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesa de pessoal, conforme o serviço correspondente prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou constitutiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Obrigações de aposentadoria

Os custos associados a benefícios concedidos a empregados, incluindo o plano de complementação de aposentadoria e pensão com a FABASA - Fundação de Assistência Social e Seguridade da EMBASA e o plano de saúde, são reconhecidos à medida que as contribuições são incorridas. Os passivos atuariais e os custos e despesas deles decorrentes, são registrados de acordo com o CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

Plano de benefício definido: plano que complementa 80% do salário real médio dos últimos anos de atividade em relação ao benefício atribuído à previdência oficial.

O Plano de saúde é oferecido aos empregados ativos e aposentados, e seus respectivos dependentes e agregados, com base num custo médio mensal calculado por vida sem levar em consideração a faixa etária do beneficiário. É cobrado do empregado ativo um percentual proporcional ao seu salário base. O aposentado contribui com 100% do valor do custo médio do plano, conforme cláusula do acordo coletivo de trabalho, mas essa não é suficiente para cobrir os gastos do plano, e um passivo é controlado pela Companhia, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), em razão do aumento da sinistralidade, reajuste dos custos médicos e alteração da faixa etária com o passar dos anos e a permanência no plano. O prêmio pago pela Embasa mensalmente é fixo e onerado pela permanência dos ex-empregados no plano proporcionalmente ao crescimento dos fatores de envelhecimento o que eleva o custo do serviço médico de todos os seus beneficiários e aumenta o subsídio indireto da Embasa em razão da contribuição dos empregados ativos não serem suficientes para garantir o equilíbrio das mensalidades em relação às contribuições dos aposentados.

O cálculo da obrigação dos benefícios pós emprego é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

Com relação aos ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial, de forma que o ativo ou passivo líquido do plano seja reconhecido no balanço patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

As despesas com plano de pensão são classificadas no resultado como custo operacional, despesas comerciais ou despesas administrativas, de acordo com o centro de custo do respectivo funcionário.

Plano previdenciário de contribuição definida tem como característica a paridade nas contribuições entre patrocinadora e empregados. Teve parte de sua cobertura lastreada em contrato firmado entre a Companhia e a FABASA estando o mesmo integralmente quitado, essas contribuições são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados.

(iii) Participação de empregados no resultado

A apuração do Programa de Participação nos Resultados (PPR) é realizada com base em um conjunto de indicadores a partir de quatro dimensões:

1. Dimensão empresarial contendo três indicadores: Margem Ebitda (MEBITDA), Acréscimo de ligações de água (ALA) e Acréscimo de Ligação de Esgoto (ALE);

3. Dimensão financeira contendo um indicador: Resultado Operacional de Caixa Ajustado (ROCA);

4. Dimensão Individual contendo um indicador: Fator de Frequência (1 - Índice de Absenteísmo).

Quanto à dimensão financeira, que condiciona o pagamento à disponibilidade de Caixa, tem-se que o valor destinado ao PPR será o equivalente a um percentual do Resultado Operacional de Caixa Ajustado - ROCA, do ano base de 2023, definido como o caixa líquido oriundo das atividades operacionais, conforme demonstrativo do Fluxo de Caixa - Método Indireto, da Companhia, auditado e publicado, com os seguintes ajustes:

1. Acréscimo do valor da PPR pago em 2023; e
2. Subtração do valor dos pagamentos dos empréstimos e financiamentos, no ano base de 2024, exceto aqueles vinculados ao pagamento das amortizações de empréstimos para capital de giro.

Os valores intermediários serão obtidos por interpolação linear.

6.21. Apresentação de informações por segmento

Dada à peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial (serviços de saneamento), as decisões de investimentos tomadas pela administração estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Desta forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto para todos os municípios no Estado da Bahia com os quais a Companhia mantém contrato. O fator principal que faz com que o controle gerencial seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, e tratamento de esgoto. A mensuração de performance e apuração das informações por um único segmento estão consistentes com as políticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras, uma vez que a Administração utiliza estas informações para analisar o desempenho da Companhia.

Essa informação por segmento poderá ser alterada em função da regionalização dos contratos.

6.22. Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o período e foi elaborada de forma voluntária. A demonstração do valor adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. A sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (operacionais, outras receitas, construção de ativos e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa); pelos insumos adquiridos de terceiros (custos operacionais e de construção, materiais, energia elétrica, serviços de terceiros, outras despesas operacionais e outros); pelas retenções (depreciação e amortização); e a riqueza recebida em transferência, representada pelas receitas financeiras e aluguéis. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

6.23. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) Arrendamento – Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revisitos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis - Segregação entre Passivo Circulante e Não Circulante - Esclarece quando considerar condições contratuais (Covenants) que possam afetar o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, no mínimo, 12 meses após o período de relatório e inclui requisitos de divulgação para os passivos com Covenants classificados como não circulantes.

c) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia.

6.24. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, a saber:

a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025.

b) IFRS 18 Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis: A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros).

A IFRS 18 introduz novos subtítulos e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

7. GERENCIAMENTO DE RISCOS

7.1. Fatores de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente, além de sua condição social. Como a Companhia possui uma carteira de clientes bastante pulverizada que corresponde a um grande número de clientes, isto minimiza o risco de crédito em conjunto com os procedimentos de controle. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota a prática de constituição de provisão para redução ao valor recuperável, quando aplicável, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

Para estimar a provisão para clientes públicos, a Companhia apurou os percentuais de evasão das receitas de cada responsável, para os clientes particulares houve a extração por problemas (ações judiciais, fixo de esgoto, terreno, imóveis em ruína e abandonado, entre outras) bem como por situação de atraso que não se enquadram nos problemas citados, sendo aplicados também, os percentuais de evasão encontrados na ferramenta de estudos de perfil de comportamento de clientes utilizado pela Companhia. No que tange às instituições financeiras, são adotados critérios mínimos de rating para a elegibilidade de determinada contraparte, tendo autorização somente para aplicação naqueles ativos com nota igual ou superior a A - (br) ou equivalente, sendo que as classificações de rating utilizadas para o enquadramento obrigatoriamente deverão ser da Standard & Poors, Moody's e Fitch Ratings ou as que vierem a substituí-las.

b) Risco de mercado

É o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como: taxas de juros.

Taxas de juros

taxas de juros definidas no momento da contratação, inclusive o spread bancário. Entretanto, sofre as oscilações decorrentes de mudanças de políticas públicas ou variações de mercado que refletem na variação da TR, TJLP, CDI ou IPCA.

Caso seja verificada elevação do custo capital de terceiros de operações contratadas, a Companhia poderá pleitear repactuação das condições contratuais junto às instituições financeiras credoras, com intuito de adequar as taxas contratadas na inicial com as taxas praticadas no atual cenário ou poderá liquidar antecipadamente operações já contratadas junto às instituições financeiras credoras, com intuito de reduzir o custo médio ponderado do capital de terceiros.

Análise de sensibilidade

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou diversos cenários para as taxas de juros sobre as quais a Companhia está exposta. A administração considerou cenários com variação de 25% (cenário I) e 50% (cenário III).

Indicadores	Exposição	Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível 25%)	Cenário III (Remoto 50%)
Ativo	1.816.846			
Caixa e Equivalentes de caixa				
SELIC	739.692	12,25%	9,19%	6,12%
Impacto		90.612	67.959	45.306
Recursos vinculados e aplicação financeira				
SELIC	749.380	12,25%	9,19%	6,12%
Impacto		91.799	68.848	45.899
CDI	127.572	10,69%	8,02%	5,35%
Impacto		13.637	10.228	6.819
Paspanga	2	6,99%	5,24%	3,56%
Impacto		0	0	0
Passivo	1.028.858			
Empréstimos e financiamentos e debêntures				
TR	280.188	0,99%	1,24%	1,49%
Impacto		3.863	4.828	5.794
TJLP	118.075	7,43%	9,29%	11,15%
Impacto		8.772	10.968	13.159
IPCA	220.905	4,83%	6,04%	7,25%
Impacto		10.670	13.337	16.085
CDI	259.710	10,69%	13,36%	16,04%
Impacto		32.039	40.048	48.250

Fonte dos índices: CDI e IPCA (Relatório Focus - BACEN de 31 de dezembro de 2024); TR, TJLP (Cotação em 31 de dezembro de 2024); Paspanga (rendimentos nos últimos 12 meses em 31 de dezembro de 2024).

Se o cenário possível vier a se confirmar, resultará num impacto positivo de R\$ 77.856 no resultado da Companhia. Se o cenário remoto se confirmar, o impacto positivo esperado é de R\$ 15.008 no resultado da Companhia. Os cenários utilizados para esta comparação foram obtidos do Relatório de Mercado - Focus, por meio do website do Banco Central do Brasil.

c) Risco Regulatório

É o risco de que descumprimento de cláusulas contratuais ou impasses com as prefeituras municipais possam ensejar em perda da "Concessão" e até problemas/impasses nas revisões tarifárias com a Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia - AGERSA.

Revisões tarifárias

O IRT – Índice de Reajuste Tarifário instituído pela CORESAB, através da Resolução 001/2010, consiste na recomposição do nível de receita do prestador de acordo com a variação dos custos da companhia causada pela inflação, visando a prestação de serviço adequado, além do atendimento às necessidades de expansão e melhoria do serviço.

Em 2017, em função da grave seca e escassez de recursos hídricos no Estado da Bahia e para dar continuidade ao programa de investimentos da companhia, a EMBASA elaborou estudos econômicos e financeiros e solicitou uma revisão tarifária extraordinária à Agência Reguladora do estado da Bahia – AGERSA, conforme determina a Lei Federal nº 11.445/2007 e a Resolução AGERSA n.º 002/2013. Esses estudos demonstraram a necessidade de incremento tarifário de 12,76% e a AGERSA, por meio da resolução nº 001/2017 homologou a revisão tarifária extraordinária da EMBASA que seria concedida em quatro parcelas, sendo a primeira de 2,89% em 2017 e três parcelas restantes de 3,29% nos anos 2018, 2019 e 2020. Além disso, também foi autorizada a reestruturação da tabela tarifária da EMBASA, aprovando a proposta de redução do volume mínimo de consumo de 10 m³ para 6 m³, criação de uma nova faixa de consumo excedente de 7-10 m³ para todas as subcategorias, manutenção de subsídio para a Tarifa Social e ampliação dos critérios de seu enquadramento, adequando aos novos padrões de consumo da população.

Abaixo segue resumo dos reajustes efetivamente autorizados desde 2017:

• Ano 2017 - IRT/ 2017 + 2,89%, que representou 5,91% de IRT +2,89%, totalizando 8,80% de reajuste;

• Ano de 2018 - IRT/2018 +3,29%; o IRT foi de 4,09% e a parcela real de 3,29% não foi autorizada pela AGERSA, totalizando um reajuste de 4,09%;

• Ano de 2019 - IRT/2019 +3,29%; o IRT foi de 4,70% e a parcela real de 3,29% não foi autorizada pela AGERSA, totalizando um reajuste de 4,70%;

• Ano de 2020 – não houve reajuste, o IRT/2020 +3,29% de ganho real não foram autorizados pela AGERSA;

• Ano de 2021 – foi concedido o IRT de 2020 (3,56%) mais o equivalente do IRT de 2021 (5,59%), devido a aplicação de limite módico pela AGERSA, totalizando um reajuste de 9,15%;

• Ano de 2022 – foi concedido IRT de 2022 o equivalente ao IPCA no período tarifário, cujo índice foi de 11,73%;

• Ano de 2023 – a AGERSA concedeu IRT 5,82% mais parcela relativa ao atraso na aplicação da data base (1,0 p.p), totalizando reajuste de 6,72%;

• Ano de 2024 – a AGERSA concedeu IRT 5,80% mais parcela relativa ao atraso na aplicação da data base (0,2 p.p), totalizando reajuste de 5,80 %.

Em que pese as diferenças entre os valores solicitados e os valores efetivamente concedidos do IRT pela AGERSA, a Embasa registrou de 2017 até 2024 IRT acumulado de 63,27%, enquanto o IPCA acumulado de mesmo período é de 46,7%, demonstrando ganho real acumulado no período necessário para a manutenção da qualidade da prestação dos serviços e para o avanço da universalização e atingimento das metas estabelecidas no Novo Marco Legal do Saneamento e nos contratos em vigor.

Algumas etapas da regulamentação da RTP – Revisão Tarifária Periódica pela AGERSA já foram cumpridas, como a realização de consulta pública e nota técnica visando as contribuições para metodologia de projeção de receitas, custos, despesas e investimentos, além do custo médio ponderado de capital regulatório, considerando a base de ativos regulatória e visando a definição da tarifa pública de equilíbrio necessária à sustentabilidade econômica e financeira da Embasa no que tange ao atingimento das metas da universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Dessa forma, além do IRT anual para recomposição inflacionária dos custos/ despesas, e após a regulamentação da RTP pela AGERSA, a Companhia passará também a ter periodicamente os estudos econômicos e financeiros com vistas a manutenção do equilíbrio das tarifas públicas para sustentação das metas legais e contratuais introduzidas pelo Novo Marco Legal do Saneamento.

d) Risco de liquidez

Baseia-se nas dificuldades que a Companhia poderá encontrar em cumprir com suas obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia somente possui aplicações com liquidez imediata, cujos montantes são suficientes para fazer face a uma eventual exigibilidade imediata dos saldos de fornecedores que têm vencimento de menos de um ano e das garantias concedidas aos empréstimos e financiamentos, cujo cronograma de vencimento está apresentado na Nota explicativa nº 16. Os demais passivos financeiros da Companhia apresentam vencimento com período inferior a um ano.

A tabela a seguir demonstra os fluxos financeiros de saída de caixa, considerando as projeções futuras de juros, encargos e liberações, quando aplicável:

Item	2025	2026	2027	2028	2029 em Frente	Total
Empréstimos e Financiamentos Internos	118.915.930	124.536.774	125.969.681	128.332.948	906.501.700	1.362.035.102



EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. – EMBASA
CNPJ: 13.504.675/0001-10

CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 5.664.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO: R\$ 5.064.038.845,92

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia atendeu integralmente as cláusulas restritivas de vencimento antecipado estipuladas pelo BNOES.

c) Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2024, os financiamentos e debêntures classificados no não circulante têm os seguintes vencimentos:

Origem	2024	2027	2028	2029	Demais anos	Total
CEF	38.128	40.845	43.079	42.554	187.621	352.227
BNDES	28.148	25.729	25.145	14.543	0	91.563
DEBÊNTURES	107.716	119.328	95.338	23.085	138.720	484.187
	173.992	185.902	163.562	80.182	326.341	831.977

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

a) Impostos, taxas e contribuições

	Dez/2024	Dez/2023
Ativo		
Impostos a recuperar		
IR e CSLL retidos	208	17
Saldo Negativo IR e CSLL	4.786	13.827
CSLL, PIS/PASEP, COFINS e INSS	151.952	105.296
Outros tributos	826	871
	157.866	120.691
Circulante	5.932	54.850
Não circulante	151.868	105.131
Passivo		
Procedimento PIS/COFINS	584	887
PIS/PASEP/COFINS, INSS retido	34.302	31.888
Encargos Sociais	40.066	31.476
	74.952	64.251
ISS	9.113	8.542
PIS/COFINS/INSS Exigibilidade Suspensa (i)	922.504	750.856
DIFAL - ICMS	113	2.441
Outros tributos		
	931.730	767.839
	1.006.682	832.890
Circulante	83.939	54.665
Não circulante	922.753	757.425

(i) PIS/COFINS e INSS suspensos - Nos autos da ação ordinária 0010304-28/2016-4.01.3300, referente ao PIS/COFINS, a EMBASA buscou judicialmente a mudança do regime de apuração, deixando de regime não cumulativo para o regime cumulativo, em decorrência direta do reconhecimento da imunidade tributária recíproca pelo Poder Judiciário, esses direitos correspondem a R\$810.313. Entre 2016 e 2020 a diferença entre os regimes foi depositada, mensalmente, em julho até a competência de fevereiro de 2020, quando foi prolatada a sentença e determinada a suspensão dos depósitos judiciais. As chances de obtenção de êxito no processo são grandes, tendo em vista a decisão favorável da primeira instância e a antecipação da tutela moral, já prolatada nos autos. O processo segue aguardando julgamento do Recurso de Apelação. Atrelado a este processo a Companhia possui créditos a recuperar na ordem de R\$110.232 referentes a diferenças individuais de débitos de PIS/COFINS pela Receita Federal do Brasil - RFB; R\$ 12.191 relativos a ações tributárias-INSS, onde se pleiteia a exclusão da base de cálculo da contribuição previdenciária (nota patronal) das verbas pagas aos empregados a título de adicional de férias, ajuda de transporte pago em dinheiro, auxílioílio especial, auxílio funeral e ajuda de custo, verbas que não têm natureza de prestação de serviços pelo empregado, portanto, sem caráter remuneratório ou contraprestacional. O Processo nº 19950-27/2016-4.01.3301 em a Companhia discute a não incidência da contribuição previdenciária patronal de 20% sobre a parcela adicional de férias, o STF ao julgar o Tema nº 995 (repercução geral nacional) em 2020, reformou o já consolidado entendimento do STJ sobre a questão e reconheceu a legalidade da incidência de contribuição previdenciária sobre o terço de férias gozadas, a partir de 15 de setembro de 2020. Dessa forma, foi proferida decisão judicial no processo da Embasa, em sede de juízo de adequação/instituição, determinando a reforma do referido acórdão. Em 12 de junho de 2024 o STF julgou novamente a questão e decidiu pela manutenção das decisões da decisão proferida em 2020, ou seja, tendo em vista o respeito à segurança jurídica e levando-se em conta a drástica mudança de entendimento sobre o tema, definiu por adotar a modulação até a data 15 de setembro 2020 para assegurar aqueles contribuintes que ingressaram em juízo discutindo a tese, o direito de reaver os valores pagos indevidamente, inclusive dos cinco anos que antecedem a ação judicial. A Companhia celebrou o acordo no Processo nº 19949-42/2016-4.01.3300 referente a não incidência de contribuição previdenciária patronal de 20% sobre os primeiros 15 dias das antecedenções e auxílio-ítemnia, registrado em setembro de 2024 em um crédito de R\$ 583 relativo a honorificação do pedido de ressarcimento do imposto tributário que abrangeu o período de agosto de 2011 a março de 2020.

18. PROVISÃO PARA PERDAS EM PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia possui processos cíveis, tributários, trabalhistas e ambientais, todos em virtude do curso normal das operações, nos montantes de R\$334.064 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 368.583 em 2023).

A Companhia, com base em análise conjunta com seus assessores jurídicos, constituiu provisões consideradas suficientes para prováveis desfechos desfavoráveis de processos em tramitação na esfera judicial.

a) Riscos provisionados

Os processos considerados como de perda provável são classificados no balanço da Companhia considerando a sua atual fase judicial, sendo registrados no passivo não circulante quando ainda estão em fase de conhecimento e no passivo circulante quando já se encontram em fase de execução com expectativa de desembolso de caixa de até doze meses após a data do balanço. Para o ano de 2024 a redução dos valores contingenciados deve-se ao encerramento de processos, com ênfase na esfera trabalhista. Na área cível e cível-desapropriação destaca-se o processo nº 0168028-74/2004-8.05.0001 que está na fase de execução e sofreu aumento no valor do risco provisionado.

A movimentação do saldo da provisão para perdas em processos judiciais pode ser demonstrada como segue:

	Dez/2023	Atividade	Reversões	Dez/2024
Trabalhistas (a)	189.195	3.413	(96.603)	106.005
Cível e tributária (b)	105.129	53.476	(26.766)	131.628
Cível-Desapropriação (c)	94.268	11.150	(9.187)	86.231
	388.593	68.039	(192.556)	334.064

Circulante	203.609	208.088
Não circulante	164.674	125.976

(a) Trabalhistas

São constituídas de reclamações envolvendo: divisor de horas extras; adicional de dupla função; motorista usuário; promoção trienal fase ao PCCS - Plano de Cargo, Carreira e Salário e RP - Regulamento Interno de Pessoal anterior, adicionais de periodicidade/instituição ou diferenças, já que pagos, em determinados momentos a menor ou inconsistentemente, inclusive semestral remuneração sobre as horas extras, e, incorporação do auxílio ao salário para apuração das horas extras.

(b) Cíveis e tributárias

Cíveis e tributárias - São ações que envolvem: empresárias, cujas futuras não foram pagas nos prazos prazos, confissão de dívida; devolução contradição-financeiro do contrato; devolução da cobrança da tarifa de engodo do período em que não havia legislação estadual autorizando; manuseio de segurança; e, execução fiscal envolvendo TUF/PTU/ISS e outros.

(c) Cíveis - Desapropriações

Cíveis - Desapropriações - Ação que envolve desapropriação de terreno cuja contrapartida está na conta de Ativo de Contrato.

b) Riscos não provisionados

Além dos processos acima mencionados, existem outros em andamento para os quais, baseado na opinião dos assessores jurídicos da Companhia são classificados como de risco de perda possível e, em consonância com as práticas contábeis brasileiras, não foram constituídas provisões para demandas judiciais.

Os principais processos cujo risco é avaliado como possível em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão demonstrados a seguir:

	Dez/2024	Dez/2023
Trabalhistas	136.295	91.154
Cíveis	1.795.887	1.585.509
Cíveis - Desapropriações	46.478	17.081
Tributárias	294.196	266.954
	2.334.666	1.970.298

Os valores não provisionados, em sua grande maioria, se relacionam com processos pendentes de julgamento em primeira instância/recurso ou processos em que, pela prática processual, fase ou objeto, não é possível atribuir com fidelidade o risco provável até o julgamento das instâncias superiores e o montante não pode ser mensurado com confiabilidade.

Correspondem a condenações atinentes à responsabilidade civil contratual ou extracontratual, e podem decorrer de relações com empresas contratadas pela EMBASA, mediante licitação e posterior Contrato Administrativo, além de ações cíveis públicas, envolvendo precariedade no fornecimento de água e serviços esgotamento sanitário.

A variação geral nos processos cuja perda foi avaliada como possível, decorre fundamentalmente da redução dos processos tributários conforme histórico a seguir:

I. O processo nº 0002964-74/2009-8.05.0150 originário da 2ª Vara Cível da Comarca de Lauro de Freitas (BA) refere-se a uma ação de desapropriação movida pela Embasa, onde se pretendia a expropriação de uma área de 5.528,14m², localizada neste Município de Lauro de Freitas, a qual foi declarada unidade pública destinada à construção do Reservatório R23, integrante do sistema de abastecimento de água do bairro capelinha, naquela cidade, o valor total da indenização foi fixado em R\$ 9.555.956,37 (nove milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e seis reais e trinta e sete centavos), a ser devidamente atualizado, com a majoração dos honorários advocatícios para 3% sobre o valor da diferença entre a oferta e a indenização fixada. O feito transitou em julgado no mérito a exequente pleiteou a execução do valor de R\$ 38.989.482,19 (trinta e oito milhões, novecentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e dezesseis centavos). Após recursos da Embasa o Juízo declarou como montante devido o valor de R\$ 12.508.460,21 e honorários advocatícios de R\$ 286.287,30, no importe de R\$ 12.794.747,51, (doze milhões, setecentos e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e sete reais

a aplicação da multa de 10% (dez por cento) e fixação dos honorários advocatícios de 10% (dez por cento) sobre o valor devido, nos termos do art. 523, §1º, CPC, assim como a aplicação da correção monetária mês a mês. Diante do julgamento dos Apelos, ambas as partes ofereceram Embargos de Declaração. Julgados os Embargos a EMBASA interps Recurso Especial e Extraordinário, ainda pendentes de julgamento. O montante atualizado é estimado em R\$ 40.000.000,00. Vale esclarecer que, em 15 de agosto de 2019, a Embasa apresentou ainda ação rescisória pretendendo a anulação do julgado por vício insanável na perita, uma vez que o perito era profissional sem habilitação técnica necessária ao ato. A rescisória está tramitando e ainda será julgada.

ii. Processo nº 10580.726.358/2013-11 IRPJ /CSLL (União) referente a exclusão indevida das receitas de subvenção para investimento (governamental de ICMS), relativo aos anos calendariais de 2008 a 2010, tramitou administrativamente e não foi dada decisão favorável à Embasa. Valor original R\$ 66.748. A Companhia ingressou no Judiciário com a ação anulatória número 1002108-18.2017.4.01.3300, tendo o valor se mantido em R\$ 91.930 para 2019. Em janeiro de 2020 houve a suspensão da exigibilidade do crédito de IRPJ e CSLL. Em 07 de fevereiro de 2020 o juiz da causa extinguiu o processo, sem o julgamento do mérito, por entender que havia identidade de pedidos com a Ação nº 35161-46.2013.4.01.3300 que discute a imunidade recíproca da Embasa. Houve a apresentação do recurso de apelação, argumentando-se que a imunidade seria apenas uma das causas de pedir, na medida em que a ação também discute a CSLL, que não é abarcada por tal benefício fiscal, processo em trâmite no Tribunal Regional Federal da 1ª Região;

iii. Processo nº 10580-726.041/2016-75 IRPJ /CSLL (União) referente a exclusão indevida das receitas de subvenção para investimento (governamental de ICMS), relativo aos anos calendariais de 2011 a 2012, tramitou administrativamente e não foi dada decisão favorável à Embasa. Valor original R\$ 117.222. A Companhia ingressou no Judiciário com a ação anulatória número 1002995-02.2017.4.01.3300, tendo o valor sido atualizado para R\$ 127.115, (acréscimo em 2017 - R\$ 9.893 no perda possível). Em 2018 o processo foi dividido em dois (IRPJ e CSLL), passando os valores a: IRPJ R\$ 98.697 e CSLL R\$ 30.418. O Juiz de Primeiro Grau julgou extinto o processo, sem julgamento do mérito, por entender que a competência originária para o julgamento da ação seria do STF, pois, no seu entendimento, a decisão nos autos poderia ferir o pacto federativo. Na apelação, a Embasa demonstrou a competência da Justiça Federal para julgamento da matéria, tendo o Desembargador Relator deferido o pedido de tutela recursal suspendendo a exigibilidade do crédito tributário, ainda pendente do julgamento do recurso.

Processo nº 0575861-15.2017.8.05.0001 - GET Empreendimentos Ltda. ME. Processo movido contra a EMBASA. A GET discorda da aplicação de penalidades administrativas decorrentes de inadimplimentos no Contrato nº 460009106, e requer que sejam declaradas nulas, além de condenação por danos morais e materiais. A EMBASA apresentou defesa e o réu se manifestou. O processo agora aguarda a fase instrutória.

c) Depósitos judiciais

Referem-se a depósitos e bloqueios judiciais decorrentes de processos trabalhistas, cíveis e tributários em que a Companhia e parte integrante estão representados pelos valores originais acrescidos de juros e atualização. A movimentação entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, é oriunda do registro de novos bloqueios/depositos, desbloqueios, baixas e atualizações monetárias, conforme demonstrado a seguir:

	Dez/2024	Dez/2023
Saldo em 1º de janeiro	503.188	511.697
Depósitos/baixas/depósitos/baixas (a)	(68.678)	(16.831)
Recebimentos	23.764	20.408
Baixas por perdas processos judiciais/resultado	(45)	(14.125)
Baixas por pagamentos processos perdidos	(3.437)	(2.369)
Provisão para perdas em processos judiciais	(6.378)	4.215
Saldos	448.383	503.188

(a) Os depósitos em juízo referente à ação fiscal de PIS/COFINS (ação ordinária 0010304-28/2016-4.01.3300), que correspondem a R\$ 324.472 (R\$324.472 em 2023), pleiteando a substituição do regime de apuração não cumulativo para o cumulativo na apuração de tais contribuições, em decorrência direta do reconhecimento da imunidade tributária recíproca pelo Poder Judiciário, foram realizadas entre os anos de 2018 e 2020 pelo valor correspondente à diferença entre os regimes, até a competência de fevereiro/2020, quando foi prolatada a sentença e determinada a suspensão dos depósitos judiciais, com a manutenção daqueles depositados até então. Em setembro de 2023, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região suspendeu a exigibilidade dos créditos que não foram depositados a partir de março de 2020. O processo judicial segue aguardando julgamento do Recurso de Apelação. E os créditos referentes ao Parcelamento INSS, cobrados pela Receita Federal do Brasil - RFB equivocadamente, no valor de R\$11.600 (R\$11.600 em 2023), foram objeto de processo administrativo que reconheceu o direito da Companhia de ser ressarcida dos valores pagos, essa aguarda o encerramento do processo para a liberação da dívida.

Em 05/12/2023 a Companhia celebrou convênio judicial perante ao Juízo de Conciliação de Precatórios do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região para utilização dos créditos oriundos de depósitos recursais, bloqueios e penhoras a seu favor fossem disponibilizados ao juízo a fim de antecipar a liquidação precatórios com vencimento até 31/12/2024. Foram transferidos créditos na ordem de R\$89.812.

Com o advento dos precatórios em 2021, não é mais possível a penhora ou constrição de numerário contra a EMBASA nos processos judiciais em execução e assim proporcionando uma melhor organização orçamentária da Companhia, tendo em vista que extingue decisões judiciais determinando pagamento imediato de numerário.

19. CONVÊNIOS A COMPROVAR

	Dez/2024	Dez/2023
CODEVASF (a)	-	33.259
FUNASA (b)	-	31.573
Outros convênios (c)	1.239	32.790
	1.239	97.622

Circulante	1.239	12.332
Não circulante	-	85.290

(a) CODEVASF

Recursos oriundos dos convênios celebrados entre a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF e a EMBASA para execução de ações de saneamento básico em municípios do Estado da Bahia, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. O valor demonstrado refere-se a diversos convênios cujas obras se encontram em andamento, sendo os principais: SAA de Maracá (TC486/2016), SES do Baixo Grande (TC229/2012), SES de Itua (TC302/2012), SAA de Nupurá (TC162/2012), SES Macapá (TC226/2012) e SAA de Utinga (TC164/2012).

(b) FUNASA

Recursos oriundos dos convênios celebrados entre o Ministério da Saúde, por meio da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e o Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria de Infraestrutura Saúde e Saneamento - SISA para execução de ações de saneamento básico em municípios do Estado da Bahia, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Este valor é composto por diversos convênios que estão com prestações de contas concluídas ou em homologação, cujas obras se encontram em andamento ou em fase de incorporação, sendo os principais empreendimentos beneficiados: SAA de Maracá (TC486/2016), SES do Baixo Grande (TC229/2012), SES de Itua (TC302/2012), SAA de Nupurá (TC162/2012), SES Macapá (TC226/2012) e SAA de Utinga (TC164/2012).

(c) Outros convênios

Recursos oriundos de outros convênios celebrados para execução de ações de saneamento básico. O principal deles foi o Convênio nº 0512017 firmado com o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Febre - FUNCEP para execução de obras de extensão de rede em diversas municípios do Estado da Bahia. Esses convênios estão aguardando homologação das prestações de contas pelo órgão fiscalizador.

Em dezembro de 2024 os convênios não onerosos foram reclassificados para Ativo de contratos, visto se tratar de recursos do governo federal e estadual para viabilização de obras de saneamento básico, ficando, desta forma, melhor representado o custo das obras em construção. Ressaltando nesse grupo os convênios de cooperação técnica e financeira do SESISENA.

20. PASSIVO FINANCEIRO A PAGAR - PPP

	Dez/2024	Dez/2023
Passivo financeiro a Transcorrer	23.170	46.876
(-) Encargos a Transcorrer	(1.239)	(4.643)
	21.932	42.233
Circulante	21.932	22.430
Não Circulante	-	19.794

Termos da dívida

A Companhia tem um ativo de concessão oriundo de contrato de Parceria Público Privada junto a BOK Ambiental Jaguarbe S/A que vem sendo amortizado pela vida útil do bem (25 anos) e um passivo financeiro que vem sendo amortizado (175 meses), a liquidação ocorre através de recebíveis que lastreiam a transação, a última prestação vencerá em 31/12/2024.

21. PRECATÓRIOS A PAGAR

Abaixo está apresentado abertura dos saldos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 de precatórios a vencer.

	Dez/2024	Dez/2023
Precatórios a pagar	139.838	95.397
	139.838	95.397
Circulante	137.161	92.185
Não Circulante	2.677	3.212

A EMBASA ganhou ação (ADPF tombada sob o número 616 no STF) para pagar seus débitos através de precatórios. O STF, reconhecendo a tese arguida na ADPF assim decidiu:

"... julgar parcialmente procedente o pedido para: (i) suspender as decisões judiciais nas quais se promoveram constituições patrimoniais por bloqueio, penhora, arresto, sequestro; (ii) determinar a sucção da Empresa Baiana de Águas e Saneamento ao regime constitucional de precatórios; e (iii) determinar a imediata devolução das verbas subtraídas dos cofres públicos, e ainda em poder do Judiciário, para as respectivas contas de que foram retiradas, restando prejudicado o pedido de nulidade cautelar formulado, nos termos do voto do Relator".

Por esta decisão vinculante, todas as execuções judiciais contra a EMBASA precisam obedecer ao regime de precatórios ou RPV, sendo para as primeiras necessário a previa inscrição do precatório após o trânsito em julgado para que

2. Precatórios inscritos após 01 de abril devem ser quitados até o final do segundo exercício subsequente. Em virtude da relevância do saldo da rubrica "Precatórios a pagar", a partir de junho de 2024 a Companhia passou a apresentá-lo em subgrupo específico no passivo circulante e não circulante, assim como seus valores correspondentes para fins comparativos.

Em dezembro/2024 foram liquidados R\$101.314 de precatórios, sendo R\$89.812 liquidados com créditos oriundos de depósitos recursais, bloqueios e penhoras, conforme convênio judicial celebrado pela Companhia perante ao Juízo de Conciliação de Precatórios do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em 05/12/2023.

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Plano de saúde – Assistência Médica

A EMBASA concede benefícios de assistência à saúde para seus empregados, ativos, aposentados e aposentados por invalidez, o qual inclui plano de assistência médica e odontológica, através de licitação de operadoras de saúde. Estes benefícios são previstos em acordo coletivo do trabalho e marcos por contribuições da Companhia e empregados ativos e aposentados. O plano de assistência odontológica não se estende aos aposentados.

A Companhia contribuiu com 23,90% em média da folha bruta de salários em 2024 (20,55% em 2023), totalizando o montante de R\$130.600 (R\$ 109.777 em 2023).

Os cálculos atuariais demonstram que as contribuições dos ex-empregados/aposentados não são suficientes para cobrir os gastos do plano de assistência de saúde, e é necessário reconhecer um passivo atuarial, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). O prêmio pago pela Embasa mensalmente é fixo e onerado pela permanência dos ex-empregados no plano proporcionalmente ao crescimento dos fatores de envelhecimento o que eleva o custo médio de todos os seus beneficiários e aumenta o subsídio indireto da Embasa em razão da contribuição dos empregados ativos não serem suficientes para garantir o equilíbrio das mensalidades em relação às contribuições dos aposentados. Em 2024 houve uma variação negativa de 30,42% do plano de saúde em relação ao exercício de 2023, em razão da redução do custo médio do plano, aumento do número de ativos, aposentados e beneficiários e o aumento da taxa real de juros, resultando em um ganho atuarial de R\$210.901.

(b) Obrigações previdenciárias

A Fundação de Assistência Social e Seguridade da EMBASA – FABASA é uma entidade fechada de previdência complementar, com patrimônio próprio, segregado do patrimônio da Patrocinadora EMBASA, que tem a incumbência de gerir plano previdenciário em favor de empregados e ex-empregados da referida patrocinadora.

A EMBASA contribuiu para a FABASA no exercício de 2024 com R\$28.208 (R\$28.091 em 2023).

A Fundação tem como principal objetivo oferecer aos seus participantes, assistidos e beneficiários a possibilidade de capitalização de recursos para que, após determinado período, possam auferir uma renda que lhes garanta um padrão de vida superior ao que é possível obter, exclusivamente, com o benefício do Regime Geral de Previdência Social. A FABASA possui dois planos de benefícios e um plano administrativo, sendo um Plano de Benefícios Previdenciários Misto nº 001 (Contribuição Definida), um Plano Benefícios Previdenciários nº 001 (Benefício Definido) e um Plano de Gestão Administrativa.

A Fundação é uma Entidade multipatrocinada, tendo a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A – EMBASA como patrocinadora principal e a própria Fundação de Assistência Social e Seguridade da EMBASA - FABASA na qualidade de única patrocinadora que responderá solidariamente ao patrocinador principal pelas obrigações previstas nos planos.

Conforme requerido pelo CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, a Companhia avaliou atuarialmente, em 31 de dezembro de 2024, o Plano de Benefícios Previdenciários da FABASA, referente ao plano de benefício definido, por ela patrocinado. Os resultados desta avaliação foram apurados por atuário independente, que emitiu seu Parecer Atuarial em 16 de janeiro de 2025, utilizando-se do método da unidade de crédito projetada, conforme detalhado a seguir:

(i) Plano de Benefício Definido (BD)

Administrado pela FABASA, neste plano, a forma de cálculo dos benefícios é preestabelecida. É um plano vinculado ao INSS e está fechado a novas adesões desde fevereiro de 2000. Este plano complementa 80% do salário real médio dos últimos anos de atividade em relação ao benefício atribuído à Previdência Oficial. Considerando a data base dos dados cadastrais (30 de novembro de 2024) com 2 participantes ativos, 96 participantes aposentados e 55 pensionistas de participantes já falecidos.

(ii) Contribuição Definida (CD) – Plano Misto

É um Plano de aposentadoria na modalidade de "Contribuição Definida – CD", cujo valor do benefício só será conhecido quando for concedido. Esse valor é apurado a partir do montante de recursos acumulados pelas contribuições mensais que o participante e o patrocinador fizerem ao longo do período de acumulação.

a) As principais premissas atuariais na data do balanço são:

Hipóteses Econômicas a.a.	2024	2023
Alíquota de financiamento	Crédito Unitário Projetado - PUC	Crédito Unitário Projetado - PUC</





GOVERNO DO ESTADO
BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
HIDRICA E SANEAMENTO

GOVERNO PREZIDENTE
FUTURO
NA MENTE

EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. – EMBASA
CNPJ: 13.504.675/0001-10

CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 5.684.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO: R\$ 5.064.038.845,92

Análise de sensibilidade

A Redução ou aumento mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefícios pós emprego nos percentuais a seguir:

Variáveis	Plano de Previdência	Plano de Saúde
Taxa de Desconto		
Com acréscimo de 1%	(23,36%)	(18,00%)
Com redução de 1%	26,27%	24,57%
Crescimento de Custos		
Com acréscimo de 1%	-	23,49%
Com redução de 1%	-	(17,81)
Expectativa de Vida		
Com acréscimo de 1 ano	(12,89%)	124,23%
Com redução de 1 ano	12,79%	(81,40%)

Os valores do resultado com planos de benefícios pós emprego projetados para o ano de 2025 são os seguintes:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Saúde	2023
Custo do serviço corrente líquido	57	(14.403)	(14.440)
Custo de juros líquidos	(2.701)	(70.094)	(72.796)
Despesa/Receita projetada	(2.684)	(84.557)	(87.241)

23. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC

A Companhia recebe valores oriundos do Orçamento Geral da União - OGU, para investimento em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário decorrentes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, na forma de contratos de repasse, sendo a EMBASA a interveniente executora. O saldo acumulado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 218.768 (R\$ 221.742 em 31 de dezembro de 2023). Dentro os repasses mais relevantes neste período, destacam-se os montantes de R\$ 10.086 e R\$ 5.901, referentes aos sistemas SAA Luís Eduardo Magalhães e SES Simões Filho, respectivamente.

De acordo com as normas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e os Pronunciamentos Técnicos do CPC, os valores acima descritos foram contabilizados no ativo não circulante, em subconta redutora do Ativo de contrato, até a conclusão das obras.

Detalhamento dos contratos de repasse – PAC:

Contrato	Sistema	Repasse	
		De:2024	De:2023
CT nº 218.245-56/2007	SES Simões Filho	11.439	5.558
CT nº 238.126-59/2007	SES Salvador	3.413	3.413
CT nº 244.219-84/2007	Dist. Pq. Salvador	221	221
CT nº 356.771-26/2011	SAA Salvador - Duplo AAT	34.072	34.072
CT nº 350.871-30/2011	SES Ferra de Santana - II	814	814
CT nº 350.938-21/2011	SES Salvador	43.625	43.625
CT nº 351.070-69/2011	PAC 2 - Slab Proj SAA Salvador	2.436	2.436
CT nº 351.146-61/2011	PAC 2 - SES Serinha	379	379
CT nº 394.940-80/2012	PAC 2 - SAA VIT CONQUE	30.387	30.387
CT nº 394.941-94/2012	PAC 2 - SAA BARR. CATOLE	33.539	33.539
CT nº 408.653-38/2013	PAC 2 - SAA Salvador R7 e R23	5.083	5.083
CT nº 408.654-40/2013	PAC 2 - Simões Filho	2.505	2.424
CT nº 408.655-56/2013	PAC 2 - SAA FSA LESTE	1.006	1.007
CT nº 408.683-16	PAC 2 - SES Arembepe	24.624	24.624
CT Nº 408.703-33	PAC 2 - SES SBA Adensamento	6.306	6.032
CT nº 421.109-04	PAC 2 - SAA Madureira Sul	0	21.211
CT nº 424.384-69	PAC 2 - SAA L. ED MAGALHÃES	16.609	6.523
		218.768	221.742

O montante total liberado para investimento nas obras do PAC de janeiro a dezembro de 2024 foi de R\$ 16.432 (R\$ 24.458 no mesmo período em 2023).

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia identificou como partes relacionadas seus acionistas, demais órgãos vinculados ao Governo do Estado da Bahia, FABASA, pessoa chave da Administração e seus familiares conforme definições contidas no CPC 05 (R1). A remuneração do pessoal chave da administração está descrita na nota explicativa nº 32.

Os principais saldos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativos a operações com partes relacionadas estão a seguir detalhadas:

	Patrimônio	De:2024	De:2023
Contas a Receber - bruto de clientes	(1)	66.267	70.119
(+) Prov. PRODFECLD	(1)	(33.553)	(30.449)
Valores a receber de pessoal cedido	(2)	4.620	4.679
Ativo circulante		37.334	44.349
Contrário FUNCEP - Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	(3)	11.682	11.682
Ativo não circulante		11.682	11.682
Adiantamento para aumento de Capital - GE	(4)	24.917	-
Auxílio para Obras - GE	(5)	5.182	5.182
Patrimônio Líquido		5.182	30.099
Faturamento de água e esgoto		225.530	182.182
Reversão de perda		-	-
Constituição de perda	(1)	(3.104)	298
Total		222.426	182.480

(1) Serviços de água e esgoto: as operações com partes relacionadas, aqui definidas como o Governo do Estado da Bahia são definidas a preços e condições considerados pela Administração como compatíveis com as praticadas no mercado, observando-se a forma de liquidação financeira, que poderá acontecer através de negociações especiais (jornais de contas).
(2) Valores de pessoal cedido: os valores a receber de pessoal cedido são relativos aos saldos pendentes de recebimento, referentes à cessão de empregados, cujo ônus da remuneração ficou a cargo dos órgãos cedentes do Governo do Estado;
(3) Contrário FUNCEP - Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza: correspondem aos valores detalhados no item (c) da nota explicativa nº 18. Contrários a Contrapor, relativos ao FUNCEP;
(4) Adiantamento para futuro aumento de capital: correspondem aos valores detalhados na nota explicativa nº 25 -Adiantamento para Aumento de Capital; e
(5) Auxílio para Obras -GE (Governo do Estado): Correspondem a valores descritos no item (b) da nota explicativa nº 25 -Patrimônio Líquido.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital autorizado, conforme estatuto, é de R\$ 5.684.000, representado por 800.000.000 ações nominativas, sendo 520.000.000 ações ordinárias e 280.000.000 ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas oferecem a seus titulares dividendos iniciais, não cumulativos, de 6% ao ano, sobre o lucro líquido do exercício.

O Governo do Estado da Bahia é o acionista majoritário e possui 99,70% do capital total da Companhia.

Em 29 de abril de 2024, conforme AGE/AGO, ocorreu o aumento de capital social no montante de R\$ 106.916, sendo R\$ 82.000 com integralização de dividendos a pagar e R\$ 24.916 com integralização de Adiantamento para futuro aumento de capital. Dessa forma, o capital social subscrito e integralizado passou a ser de R\$ 5.064.038 (R\$ 4.957.122 em 31 de dezembro de 2023) e está representado por 456.193.848 (446.534.521 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias e 259.065.876 (253.624.027 em 31 de dezembro de 2023) ações preferenciais todas nominativas e no valor de R\$ 7,08 cada uma, conforme segue:

	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Governo do Estado da Bahia	456.157.160	259.588.738	715.745.898
Membros	36.688	2.077.140	2.113.828
	456.193.848	259.588.878	715.739.724
			100

b. Reserva de capital

Auxílio para obras

Representam aportes de recursos pelo Governo do Estado da Bahia e Governo Federal para aplicação na expansão dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, cuja incorporação ao capital social depende de deliberação da Assembleia Geral, em 31 de dezembro de 2024 o valor acumulado é R\$ 16.907 (em 2023, R\$ 16.581).

Adiantamentos para futuro aumento de capital

Referem-se a créditos do acionista majoritário, cuja incorporação ao capital social depende de deliberação da Assembleia Geral.

As movimentações ocorridas nos exercícios de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estão assim demonstradas:

	De:2024	De:2023
Saldos em 1º de janeiro	24.916	24.916

O valor de R\$ 24.916 que foi integralizado em 2024/AGO/AGE de 29 de abril de 2024) tem o seguinte detalhamento:

• Valor de R\$ 8.952 correspondente à aprovação dos acionistas em Assembleia geral extraordinária realizada em 20/07/2022 para retenção e futura capitalização do saldo de dividendos do ano de 2021 do Governo do Estado; e
• Valor de R\$ 15.964 referente à transferência de dívida do passivo circulante decorrente da assunção da dívida do contrato mantido com a empresa Construtora e Pavimentadora Sêrvia Ltda.

c. Reserva de lucros

(i) Incentivo fiscal (ICMS)

Os valores da reserva de incentivo fiscal ICMS, R\$ 301.397 (R\$ 301.397 em 2023) correspondem ao crédito presumido de ICMS concedido pelo Decreto nº 8.866 de 05 de janeiro de 2004. Esse incentivo foi extinto em junho/2016, restando na reserva um saldo acumulado que ainda não foi utilizado para aumento de capital.

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e Pronunciamento CPC 07 (R1) - Subvenções e Assistências Governamentais, o valor do incentivo, apurado a partir da vigência da lei, foi contabilizado no resultado do exercício e posteriormente transferido para reserva de lucros.

(ii) Reserva legal

A reserva legal deverá ser constituída mediante 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação. Esta reserva será constituída, obrigatoriamente, até que o seu valor atinja 20% do capital social realizado, quando então deixará de ser acrescida. No exercício de 2024 até 31 de dezembro, o valor acumulado é de R\$ 200.862 (R\$ 150.292 em 2023).

(iii) Reserva para investimentos

Para atender a projetos de investimento e expansão, a Companhia poderá, após as devidas destinações legais, reter o restante do lucro do exercício. Essa retenção deverá estar justificada com o respectivo orçamento de capital, ser proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral.

No exercício de 2024 até 31 de dezembro o valor acumulado atinge R\$ 3.219.517 (R\$ 2.316.355 em 2023).

d. Reserva de reavaliação

Conforme facultado pela Lei nº 11.638/2007, a Companhia manteve os saldos da reavaliação concluída em 2006. O registro contábil ocorreu em 31 de dezembro de 2006, baseado em laudo de reavaliação, emitido por empresa contratada, devidamente aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, cuja movimentação está detalhada a seguir:

	Valor
Saldo em 01 de janeiro de 2023	145.323
Realização da reserva de reavaliação	(25.493)
Realização da CSLL, diferidos sobre reserva de reavaliação	2.264
Saldo em 31 de dezembro de 2023	122.094
Realização da reserva de reavaliação	(4.289)
Realização da CSLL, diferidos sobre reserva de reavaliação	289
Saldo em 31 de dezembro de 2024	118.094

Posteriormente os bens reavaliados foram reclassificados para o ativo intangível, pela vinculação aos contratos de concessões.

A Companhia passou a utilizar como expectativa de vida útil remanescente, a partir de 01 de janeiro de 2023, a tabela de vidas úteis definidas pela Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia - AGERSA, por meio da Nota Técnica Complementar 001/2020.

e. Ajustes de avaliação patrimonial

Corresponde ao ganho (perda) atuarial líquido decorrente dos planos de benefícios pós emprego mantidos pela Companhia em consonância com o CPC 33 (R1) que alterou a forma de contabilização do resultado atuarial para o patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes. Em 2024 a Companhia acumulou uma perda atuarial de R\$648.935.

Planos	2024	2023
Previdenciário BD	(5.889)	3.145
Plano de Saúde	(845.045)	(850.940)
Total	(850.934)	(847.795)

f. Resultado por ação

O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia e o numerador - pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria, - o denominador - durante o período. O objetivo da informação relativa ao resultado básico por ação é proporcionar a mensuração da participação de cada ação da Companhia no desempenho da entidade no exercício.

	2024	2023
Lucro Atribuível ao acionista da Companhia (em milhares)	1.007.478	868.107
Quantidade média ponderada de ações emitidas	456.194	446.534
Lucro Básico e diluído por ação (reais por ação)	1,41	1,25

26. RECEITA OPERACIONAL

	2024	2023
Abastecimento de Água		
Particular	3.240.144	2.916.391
Público	467.021	360.411
Total da receita de abastecimento de água	3.697.165	3.276.802
Esgotamento Sanitário		
Particular	1.236.829	1.084.922
Público	171.629	163.564
Total da receita de esgotamento sanitário	1.408.458	1.248.486
Serviços Anexos	101.775	53.700
Serviços Técnicos Especializados	1.584	1.221
	193.360	54.921
Total das Receitas de Serviços	5.298.912	4.569.679
Receita de Construção	1.611.168	811.892
COPINS	(862.836)	(343.747)
IRS	(85.286)	(74.630)
Total das deduções	(948.122)	(418.377)
Receita Operacional Líquida	5.721.908	4.833.452

Além dos reajustes tarifários de 6,72% e 5,8% concedidos pela AGERSA a partir de setembro de 2023 e agosto de 2024 respectivamente, o aumento no número de ligações na ordem de 3,68% para os serviços de esgotamento sanitário e 2,45% para abastecimento de água, guardam em parte correlação com o aumento na receita operacional da Companhia.

27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2024	2023
Serviços de terceiros:		
Pessoal	(1.309.148)	(1.331.865)
Materiais	(707.031)	(713.368)
Manutenção	(367.122)	(337.112)
Amortização/Depreciação	(253.425)	(200.298)
Fundo Municipal de Saneamento	(42.426)	(30.133)
Cursos	920.066	73.673
Custo dos serviços prestados	(2.579.956)	(2.629.291)
Custo de construção	(1.011.168)	(881.849)
Total dos Custos operacionais	(3.591.124)	(3.511.141)
Serviços de terceiros:		
Pessoal	(114.183)	(122.145)
Materiais	(333.434)	(290.344)
Manutenção	(1.893)	(5.652)
Amortização/Depreciação	(12.236)	(12.969)
Provisão para perdas em processos judiciais	39.686	305.083
Perdas em processos / Bases em depósitos judiciais	(148.527)	(87.158)
Outros	(53.857)	3.520
Total das despesas gerais e administrativas	(593.945)	(579.957)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(81.471)	(51.349)
Serviços de terceiros:		
Pessoal	(181.949)	(13.253)
Materiais	(67.567)	(19.962)
Manutenção	(109)	481
Depreciação	(257)	(56)
Perdas em contas a receber	(267.444)	(228.916)
Outros	(23.296)	1.643
Total das despesas comerciais	(541.922)	(364.933)

	2024	2023
Serviços de terceiros:		
Pessoal	(1.805.278)	(1.467.383)
Materiais	(983.534)	(342.812)
Amortização/Depreciação	(265.918)	(303.344)
Fundo Municipal de Saneamento	(42.426)	(30.133)
Custo de construção	(1.011.168)	(881.849)

Custos dos serviços prestados

Os custos com serviços prestados apresentaram um crescimento de 1,91% (R\$ 50.136) no período, impulsionados principalmente pelo aumento nos custos com produtos químicos, energia e assistência médica. Embora a Companhia tenha registrado uma redução nos custos com amortização e depreciação, bem como nos serviços de terceiros, em decorrência de ajustes contábeis e da baixa de ativos, os fatores inflacionários e o aumento da demanda por nossos serviços impactaram positivamente os custos operacionais.

Despesas gerais e administrativas

O aumento de R\$ 110.360 nas despesas gerais e administrativas, observado no período, foi principalmente impactado pela reversão de provisões para processos tributários relacionados ao Imposto sobre Serviços (ISS) no valor de R\$ 124.309. Essa reversão foi decorrente da imunidade tributária concedida à Embasa, um evento não recorrente ocorrido no primeiro trimestre de 2023.

Despesas comerciais

As Despesas Comerciais apresentaram um aumento significativo de 113,82% (R\$ 298.638) no período. Esse crescimento foi impulsionado, em grande parte, por um trabalho de reclassificação contábil que realocou diversos gastos de outras rubricas, como Custos dos Serviços Prestados, para a categoria de Despesas Comerciais. Além disso, o aumento de 25,53% nas perdas com contas a receber também contribuiu para esse resultado.

28. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	2024	2023
Despesas tributárias	(18.375)	(14.529)
Imposto de bens	(13)	(75)
Outros	3.274	1.655
	(15.274)	(12.954)

O aumento de R\$ 2.261 nas Outras Despesas/Receitas Operacionais foi influenciado por fatores contrapostos: o crescimento de 29,64% nas despesas com PIS/COFINS sobre receitas financeiras e o reconhecimento de receitas provenientes da venda de ativos não circulantes, como imobilizados, materiais inservíveis e sucatas.

29. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2024	2023
Receitas Financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	156.474	91.635
Outras receitas financeiras (a)	22.569	31.907
Juros e variações sobre contas a receber (b)	104.250	92.036
	283.293	214.778
Despesas Financeiras		
Juros sobre Financiamentos/Empréstimos com dívidas diversas	(177.662)	(96.271)
	(177.662)	(96.271)
Resultado financeiro líquido	105.631	118.507

(a) Outras receitas financeiras são compostas de descontos obtidos, juros recebidos e variações monetárias;

(b) São compostas dos juros de parcelamentos de clientes, juros e acréscimos por inadimplência, multa por importância e variação monetária;

30. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2024	2023
Despesa corrente de contribuição social	(109.647)	(97.537)
Contribuição social diferida	11.551	13.376
	(98.096)	(84.161)

a) Despesa corrente de Contribuição Social

A apuração da Contribuição Social sobre o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada como segue:

LUCRO AJUSTADO - CSLL	2024	2023
Lucro (prejuízo) do período antes da CSLL	1.105.568	891.768
Adições (exclusões)		
Obrigações Atuariais - CPC 33 (R1)	(26.071)	(67.075)
Realização da reserva de reavaliação	4.289	25.482
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	35.882	16.200
Tributos Impositivos	(4.290)	-
Provisão para Perdas em Depósitos Judiciais	(40.576)	(26.238)
Impostos Suspensos	965.827	131.113
Depreciação Retroativa	14.105	970
Depreciação IPC e STNF	5	3.930
Benefícios Consumidor Base Renda	16.689	22.764
Margem Construção (Adoção Inicial Lei 12.973/14)	180	181
Diferenças Ativas/Passivas (Adoção Inicial Lei 12.973/14)	(17.428)	(15.027)
Arrendamento Mercantil	(234)	5.318
Outros	6.259	15.572
Base de cálculo	1.263.176	1.163.490
Compensação de prejuízos fiscais/base negativa CSLL	-	-
Base de cálculo após compensações	1.263.176	1.163.490
CSLL antes das deduções	(113.606)	(60.328)
Reversão CSLL Res. Reavaliação	386	2.264
Ajuste CSLL/IRPJ	3.659	(3)
Despesa de Contribuição Social	(109.641)	(67.037)
Alíquota aplicável: CSLL (8%)	-0,9%	-10,2%
Despesa líquida de benefício fiscal (*)	(109.641)	(67.037)
Contribuição social diferida	11.551	13.526
Total da despesa de contribuição social	(98.090)	(53.511)
Taxa Efetiva	-8,9%	-8,8%

Eufrázio



EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. – EMBASA
CNPJ: 13.504.675/0001-10

CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 5.664.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO: R\$ 5.064.038.845,92

35. DESAPROPRIAÇÕES

Os compromissos mais representativos da Companhia com desapropriações ou serviços são decorrentes da execução de empreendimentos relacionados ao abastecimento de água e esgotamento sanitário necessários para o avanço da universalização da prestação de serviços. Os desembolsos totalizaram R\$7.668 em 31 de dezembro de 2024 (R\$1.076 em 2023).

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À
Diretoria Executiva e Conselho de Administração da
Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA
Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Principal assunto de auditoria

Benefícios a empregados – Plano de saúde

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 22 às demonstrações financeiras, a Companhia concede benefícios pós emprego de assistência à saúde para seus empregados, ativos, aposentados e aposentados por invalidez, o qual inclui plano de assistência médica e odontológica, através de locação de operadoras de saúde. Estes benefícios são previstos em acordo coletivo do trabalho e mantidos por contribuições da Companhia e empregados ativos e aposentados. O plano de assistência odontológica não se estende aos aposentados. Este tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois:

(i) Trata-se de uma estimativa atuarial, com alto grau de julgamento profissional, associado ao processo de mensuração da obrigação atuarial da Companhia, que inclui a utilização de premissas altamente subjetivas e complexas tais como: taxas de juros de longo prazo, inflação, probabilidade de permanência no plano dos funcionários ativos, tabuas de mortalidade e invalidez.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- (i) Entendimento dos critérios e premissas adotadas pelo atuário contratado pela Companhia para o cálculo do passivo atuarial;
- (ii) Teste de aderência da base de dados utilizadas pelo atuário para o cálculo do passivo atuarial;
- (iii) Avaliação pelo nosso especialista atuarial da consistência dos dados, razoabilidade dos critérios e premissas utilizadas na mensuração do passivo atuarial; e
- (iv) Avaliação da adequação das divulgações nas notas explicativas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e as premissas utilizadas na determinação do passivo atuarial são adequados e as divulgações efetuadas pela Companhia são consistentes com as informações obtidas.

Principal assunto de auditoria

Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de fornecimento de água e coleta de esgoto sanitário, sendo reconhecida mensalmente com base na prestação do serviço. Este tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois:

- (i) Existem critérios subjetivos para o reconhecimento de receita, em conformidade com o IFRS 15/CPC 47;
- (ii) Existem riscos de reconhecimento de receita fora de período de competência; e
- (iii) Existem critérios subjetivos para reconhecimento da Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- (i) O entendimento sobre os principais controles internos utilizados pela Administração para prevenir ou detectar distorções no processo de reconhecimento de receita;
- (ii) Testes detalhados, com base em amostragem estatística, que compreendeu seleção dos lançamentos contábeis registrados no faturamento, examinando faturas dos serviços prestados e os respectivos recebimentos;
- (iii) Revisão e verificação da razoabilidade dos critérios de constituição da PECLD.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração, reconhecimento e divulgação realizadas estão razoáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria executiva da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria executiva da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria executiva e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria executiva é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria executiva é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras que a diretoria executiva pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressamos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria executiva;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria executiva, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO - EMBASA, pela totalidade dos seus membros abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração da proposta da Administração para Destinação do Resultado, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, da proposta para aumento do Capital Social da Companhia e, com base em análises efetuadas pela Administração, considerando ainda, o Relatório da BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda emitido sem ressalvas, datado de 28 de março de 2025, os Conselheiros Fiscais manifestam-se favoráveis à submissão das referidas Demonstrações Financeiras, bem como das propostas de Destinação dos Lucros Acumulados à Assembleia Geral dos Acionistas na forma apresentada pelo Conselho de Administração, tendo em vista a estrutura de capital e situação financeira da Companhia.

Salvador, 28 de março de 2025.

Cecília Pinheiro Souza

Ricardo José Costa Vilaga

Manuela Senna Martinez

Giovana Leivas Craveiro

Leandro Moreira Souto

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A – EMBASA no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o RELATÓRIO ANUAL E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS APURADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva e considerando o Parecer dos Auditores Independentes, submetem os referidos documentos e propõem sua aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Salvador, 28 de março de 2025.

Carlos Palma de Mello
Presidente

Ronaldo Prado Almeida
Membro

Gildeone Almeida Santos
Membro

Patricia Saback Pacheco Startari
de Oliveira
Membro

Wellington César Lima e Silva
Membro

Edmon Lopes Lucas
Membro

Lucas Araújo dos Reis
Membro

DIRETORIA EXECUTIVA

Gildeone Almeida Santos
Presidente

Diretor de Gestão Corporativa
Jazon Ferreira Primo Junior

Diretora de Operação da RMB
Joana da Costa Oliveira
Rolemberg Silva

Diretora de Empreendimentos
Christiano Bressy Dutra Barbosa

Diretora Financeira e Comercial
Marcela Passos Lima

Diretor de Operação do Interior
Vinícius Araújo Sousa

Diretor Técnico e de Planejamento
Clécio Costa Cruz



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda

CONTADORES

Eufrázio

Por um minimanual do antifascismo

Raul Moreira

Especial para A TARDE

Poucos dias após o Congresso anunciar o corte, por meio da Lei Orçamentaria, de 84% da verba da política nacional da Cultura, que deveria destinar, em 2025, cerca de R\$ 3 bilhões a pequenos produtores, grupos culturais e artistas em todos os estados do Brasil, na Cisjordânia, colonos israelenses agrediram o cineasta palestino Hamdan Ballal, codiretor de *Sem Chão*, premiado recentemente com o Oscar de Melhor Documentário.

Ao mesmo tempo, nos EUA, o governo Trump, além de agredir sistematicamente muitas universidades de renome, ameaça extinguir o Departamento de Educação, valendo-se do discurso segundo o qual seu objetivo é "drenar o pântano educacional do governo e parar o abuso do dinheiro dos seus contribuintes para doutrinar a juventude americana com todos os tipos de coisas que vocês não querem que nossos jovens ouçam".

É fato que hoje o fascismo corrói as ditas democracias liberais por dentro. Assim acontece nos EUA, Itália, Israel, Argentina, Hungria e também aqui, no Brasil, onde, apesar de derrotada em 2022, a extrema direita mantém os seus tentáculos no Legislativo, e o corte assombroso no orçamento da Cultura prova que o fascismo à brasileira aí está, distribuindo cartas marcadas em um jogo nefasto.

Sobre a questão, no sentido histórico, é sempre bom lembrar que Joseph Goebbels, ministro da Propaganda na Alemanha nazista, pensava em "puxar o revólver" quando ouvia falar em "cultura". Porque, como diz uma tirinha da célebre Mafalda, personagem dos quadrinhos criada pelo argentino Quino, tudo que os canalhas não gostam, não suportam, é a poesia, a literatura, a reflexão, enfim, a liberdade do outro.

E não gostam também que sejam denunciados enquanto tais, como se viu na Cisjordânia, semana passada, onde hordas de colonos judeus, declaradamente sionistas, agrediram Hamdan Ballal, tudo com a conivência dos soldados do "povo de Deus", que o retiraram de uma ambulância e

[illegible]

Mandarin Publishers / Wikimedia Commons



Primo Levi: "É pedir demais que nos proponhamos a ele?"

o fizeram sumir por um dia, mantendo-o em uma prisão: os crimes sistemáticos de extermínio praticados por Benjamin Netanyahu contra os pa-

lestinos, com apoio da maioria dos israelenses, é a prova cabal da guinada nazifascista de uma gente que no século passado quase foi dizimada, e agora apoia os métodos dos seus algozes.

Diante da realidade, dolorosa, no sentido dos seus elementos trágicos, importante se faz refletir sobre o fascismo, principalmente no que se refere aos seus gatilhos. E, se há alguém que o conheceu por dentro, pois foi capturado na Itália e depois transferido para o campo de concentração no sul da Polônia, essa pessoa foi o saudoso escritor e químico Primo Levi, que, em 1975, publicou o texto *Assim foi Auschwitz*, quando alertou: "O fascismo é um câncer que prolifera rapidamente e seu retorno nos ameaça. É pedir demais que nos oponhamos a ele desde o início?"

Apenas hibernou

Apesar dos temores de Levi, e da sua disposição em combatê-lo pela raiz, no ponto de partida, o fascismo está de volta. Aliás, ele nunca desapareceu. Apenas hibernou. E, agora, desperto, apresenta-se ainda mais perigoso, por conta da natureza complexa destes tempos, propícios para estimular o autoritarismo por meio de redes sociais, sem falar da perversão do sistema econômico dominante, que também o favorece.

Hoje, sobre o combate ao fascismo, é preciso dizer que, infelizmente, ele está mais na pauta do que propriamente nas atitudes, justamente pela falta de estratégias eficazes e até de coragem para enfrentá-lo politicamente. Tanto que, quando se perscruta por aí, se percebe a falta de ações verdadeiramente efetivas, apesar

dos discursos dos ativistas, das pessoas de boa-fé e também dos governos progressistas, os quais, inclusive, usam Primo Levi como referência na construção de teorias para o enfrentamento.

Claro que, por conta da sua natureza, ancorada em valores sedimentados, como o "culto ao chefe", ao "pai autoritário", manifestações originárias da adoração ao deus judaico-cristão, coisas que se incrustam com o ideal de família e, por tabela, de "nacionalidade", tudo isso faz do fascismo algo atraente e, por tabela, sedutor e propício à mesquinhez humana, cada vez mais explícita.

Sim, não há nada de mais inumano do que o fascismo, uma vez que tal aberração, como diz Primo Levi, significa a negação, na teoria e na prática, da igualdade humana, do prin-

cípio basilar da individualidade e do coletivo.

E então, uma vez instaurado, resta a mentira e a fraude, como se vê nos EUA, que se deixaram sequestrar por um mitômano, um perverso.

Como Trump, outros desvarios fascistas escalam, e muitos deles parecem normalizados. Que o diga a já citada agressão e o posterior sequestro de um diretor de cinema palestino por parte de Israel, sem falar do corte de verbas para a cultura no Brasil, enfim, *la nave* do fascismo segue singrando os mares da indiferença, o que nos faz fascistas por acome-darão.

Sobre reação, aliás, pela honra de Primo Levi, para além dos "fascistas não passarão!" que se produza, se publique e se torne obrigatória a leitura de um minimanual do antifascismo.

ASTROLOGIA BENZEN

Revelar para todos os signos, números da sorte, Marto de dia
para cada signo e hora do dia de dia para cada hora. Sem

Envie o código do seu signo para 50010 e receba a previsão do Bemzen (www.bemzen.com) no seu celular. Apenas R\$ 0,10+imp. por msg (1/dia). Serviço disponível para as operadoras Claro, Oi, TIM e Vivo.

CRUZADAS

PALAVRAS CRUZADAS DIRETAS

www.coquetel.com.br

© Revistas COQUETEL

Série de filmes estrelados por Tommy Lee Jones e Wilf Smith	(?) Shari, ator epônimo do Cinema	Nomanam Casanova em excitar famoso	Ente maligo da Malogria lupi	Savito Dumont, para a Anonstina do Brasil	Unidade do recheio bonito
Demonstrar publicamente a admiração					
A música de fundo, típica de restaurante		Fila World (7): o Copa do Mundo (Ref.)	Partido Liberal (sigla)	Tira para apoiar o braço rachado	
Acidente de (7), problema eventual	Enredo corporal metálico Existe			"Ah, Eu (7) Maluco", sucesso do funk	Vasco da (7): o Gigante da Colina
Película nascida (sigla)		Tio (7), persuasão das EUA	Aero-náutica (abrev.)	Porto Alegre, na linguagem popular	
"(7) Voz", sucesso do Wanda Ruiz				Ambiente da comida de colônia (Met.)	Inchener (tradizer) em turno
Mensagem (7): visa incorporar masculina	Alter-(7), mesa O caso de ras		Ambiente preferido de Amyr Klink		Quantidade especificada de dieta
Tratamento reservado a um juiz	Wolfer O por fora do mundo (Ref.)		Nocante (abrev.)	Epitáfio Pessoa: produziu o Brasil	
Assunto proibido em um grupo			Agozar Reação típica do "emburcado"		
Primeiro reality show da Globo,	A popular truta-de-cande (Ref.)		Savito, em inglês Pesca profunda	Coronéis de "raça"	Adrie Neves, deputado mineiro

SUDOKU

ROBERTO S. FERREIRA
palavrascruzadas.com.br

FÁCIL

		8			2			5
2								
1		9				6		
							6	
	5							3
			9	1				
								9
						1		8
	4				3			

PNRA JOGAR Sutobu é um jogo de raciocínio e lógica. Cada jogo dura de 10 a 40 minutos, dependendo do nível de dificuldade e da experiência do jogador. O objetivo do jogo é completar todos os quadradinhos, utilizando números de 1 a 5. Para completá-los, siga a regra: Não pode haver números repetidos nas linhas horizontais e verticais, assim como nos quadradinhos menores.

#FaçaCoquetel
Assine e receba no conforto da sua casa



Assine agora pelo

**CO
DE
TEL**

SOLUCÕES

9	2	5	0	1	2	9	6
9	7	1	6	0	7	5	2
6	5	2	7	9	5	2	9
5	2	2	9	1	6	1	0
5	1	6	9	7	5	2	9

Eufrázio

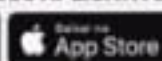


Pedro Sento Sé e Giovanna Rímola vão invadir
seu começo de noite na A TARDE FM.

Fique por dentro das principais notícias,
debates e análises sobre o mundo do esporte.

De segunda a sexta
a partir das 19h

NOSSO APLICATIVO:



A TARDEfm
103,9 QUEM OUVE GOSTA!

www.atardefm.com.br



CONFIRA
AS MELHORES
OFERTAS

LIGUE E ANUNCIE
3533.0855

WWW.ATARDE.COM.BR/CLASSIFICADOS

CLASSIFICADOS@GRUPOATARDE.COM.BR

IMÓVEIS
Venda & Aluguel

VEÍCULOS
Compra & Venda

**CONFIRA
AS OFERTAS
DO INTERIOR**

EMPREGOS
Cursos & Concursos

DIVERSOS
Negócios & Pessoal

IMÓVEIS
Venda

APARTAMENTOS

GRÇA

3 QUANTOS Suite, dependên-
cia, garagem. 6(71)988377191

OUTROS

CHÁCARAS E SÍTIOS

CHÁCARA BEIRA-MAR de
7.572m² na Praia da Ponta -
JAGUARIBE, próximo a Salinas
da Margarida. R\$220.00,00 &
(71)98846-0968 Sergio Maga-
lhães CRECI 31658

ESPORTE, LAZER E
TURISMO

TURISMO

VIAGENS E EXCURSÕES

APROVEITE EXCURSÃO: para
Pescia, Porto de Galinhas,
Nova Jerusalém. Período de 17
a 21/04/2025 & (71)3331-
0397/(71)98611-9080 what-
sapp.

RELIGIOSOS

MÍSTICO



IRMÃ TATYARA
Para de sofrer e perder suas noites. Procura Irmã Tatyara terapeuta
espírita, a verdadeira especialista em casos de amarração amorosa
e abertura de canalizações. Considerada a melhor espírita da
Bahia. 10 anos de melhor. Trabalho somente para o bem!
Consultas com cartas, tarô, reas e búzios. Trabalho na presença de
cliente. Atendimento online ou presencial. Faça sua consulta e ga-
nhe um trabalho. Instagram: tatyara_terapeuta. 6(71)90251-5453
whatsapp. Veja pra que! Baixo Itagara.

ENCONTROS
PESSOAIS

A exploração sexual de
crianças e adolescentes é
crime, conforme Lei
8.069/90 (Estatuto da
Criança e do Adolescente)
e Código Penal Brasileiro.
Denuncie, disque 100!

Populares

AFRODITE coroa garça, amo
sexo anal. Mão de fada. Cen-
tro. 6(71)9898-2244

ANA JULIAN massagista Tâtrici-
ca Gold (Eritica) com toque oral
avaliado. Apenas R\$150,00
Pitaba. 6(71)98391-2438

www.atarde.

Em atendimento a Lei 12.741/2012, a carga tributária incidente obedece a seguinte tabela:

	ISS	ICMS	PIS	COFINS	IR
Assistência	Não Incide	Isente	0,00%	3,00%	Isente
Venda Atacad	Não Incide	Isente	0,00%	3,00%	Isente
Classificados	Não Incide	Não Incide	0,00%	3,00%	Não Incide
Publicidade	Não Incide	Não Incide	0,00%	3,00%	Não Incide
Serviços Gráficos	5%	Não Incide	0,00%	3,00%	Não Incide

Populares

Ligue Populares
3533.0855
CLASSIFICADOS@GRUPOATARDE.COM.BR

ANUNCIE AQUI O
SEU IMÓVEL.



**TODO DIA É DIA DE
POPULARES A TARDE.**

UM ANÚNCIO NO POPULARES
RESOLVE TUDO!

**ANUNCIE SEU
PRODUTO**

**VENDA SEU
AUTO**

**ALUGUE SEU
IMÓVEL**

**OFEREÇA SEU
SERVIÇO**

Ligue Populares
3533.0855

O CLASSIFICADO QUE
MAIS VENDE NA BAHIA
Populares